da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

2. SESSÃO LEGISLATIVA (1992-1993)

COMISSÃO PERMANENTE REUNIÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 1993

Presidente: Ex.mo Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.mos Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

António Fernandes da Silva Braga

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a reunião às 16 horas e 30 minutos

Antes da ordem do dia.— Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr João Amaral (PCP) condenou a carta aos portugueses, subscrita pelo Sr Primeiro-Ministro, distribuída com os jornais de fim de semana, tendo, no final, respondido a um pedido de esclarecimento do Sr Deputado Rui Carp (PSD)

O Sr Deputado Rui Rio (PSD) teceu considerações acerca das críticas feitas pelo PS à política cambial do Governo e à situação do desemprego em Portugal No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Ferro Rodrigues (PS) — que também exerceu o direito de defesa da honra — e Octávio Teixeira

(PCP)

O Sr Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS) referiu-se à abertura do ano escolar e à necessidade de um debate parlamentar sobre problemática da educação, após o que o Sr Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Pedro Roseia, produziu breves comentários

O Sr Deputado António Lobo Xavier (CDS) criticou a legislação que prevê a aplicação de penas de prisão para os ilícitos fiscais

O Sr Deputado André Martins (Os Verdes) falou acerca do abate clandestino de golfinhos na zona económica exclusiva da Região Autónoma dos Açores, tendo ainda dado explicações ao Sr Deputado Mário Maciel (PSD)

Ordem do día.— A Assembleia deu assentimento à deslocação do Sr Presidente da República, em visitas de carácter oficial, a Espanha, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro, e à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro, ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro, a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro

O projecto de deliberação nº 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário, antes do início da próxima sessão legislativa (PCP) foi rejeitado, intervindo, a diverso título, os Srs Deputados Octávio Teixeira (PCP), José Magalhães (PS), Rui Carp (PSD) e André Martins (Os Verdes)

Foi também rejeitado o projecto de deliberação nº 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo (PS) Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Guilherme d'Oliveira Martins (PS), António Lobo Xavier (CDS), Pedro Roseta (PSD) e Octavio Teixeira (PCP)

"O Sr Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 40 minutos

3274 O Sr Presidente: — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão Eram 16 horas e 30 minutos 1 Estavam presentes os seguintes Srs Deputados: António Moreira Barbosa de Melo (PSD), Presidente. Maria Leonor C P. Beleza de M Tavares (PSD), Vice--Presidente João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (PS), Vice-Presidente .1 José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP), Vice-Presidente Adriano, José Alves Moreira (CDS-PP), Vice-Presidente Adérito Manuel Soares de Campos (PSD) António de Carvalho Martins (PSD) " Arménio dos Santos (PSD) Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas (PSD) Domingos Duarte Lima (PSD) Luís Manuel Costa Geraldes (PSD) Guilherme Henrique V Rodrigues, da Silva (PSD). João Domingos Fernandes de Abreu Salgado (PSD) Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD) Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha (PSD) it sistout communica apresentados durante o corrente mês os Pedro Manuel Cruz Roseta (PSD) Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) Manuel Castro de Almeida (PSD)

Mário Jorge Belo Maciel (PSD) Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (PSD)

Rui Carlos Alvarez Carp (PSD) Rui Fernando da Sılva Rio (PSD) 'Alberto Bernardes Costa (PS)

António de Almeida Santos (PS)

António Fernandes da Silva Braga (PS)

Armando António Martins Vara (PS)

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues (PS)

Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo (PS).

Guilherme Valdemar Pereira d' Oliveira Martins (PS).

José Manuel Santos de Magalhães (PS) Manuel Alegre de Melo Duarte (PS)

Manuel António dos Santos (PS)

João António Gonçalves do Amaral (PCP)

Octávio Augusto Teixeira (PCP)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier (CDS-PP).

Manuel Sérgio Vieira en Cunha (PSN) : el an mon sere per con man sere per con

What was ANTES DA, ORDEM DO, DIA to a state אי נוד לחיי מחולך ל . ש נוגיי בבי ישבוצי סינוחי מייטביים,

O Sr Presidente: - Srs Deputados; o Sr Secretário vai anunciar os diplomas e os requerimentos que deram entrada ha Mesa.

Srs Deputados; deramientrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplômas propostas de lei nº 18. 74/VI - 14 Autorıza o Governo a aprovar o regulamento para inscrição de farmacêuticos nacionais dos Estados, membros da Comunidade Europeia ende Estados terceiros na Ordem dos Farmacêuticos e 75/VI - Autoriza o Governo a alterar a legislação relativa ao sistêma de unidades de medida de acordo com as resoluções da Conferência Geral de Pesos e Medidas e com as directivas comunitárias, a proposta de resolução n.º 37/VI — Aprova, para ratificação; o acordo entre-

a República Portuguesa e a República Francesa relativo à readmissão de pessoas em situação irregular, que baixou às 1º e 3 ª Comissões, a interpelação ao Governo nº 14/VI — Debate sobre política geral, centrado no tema «A degradação da situação e dos direitos sociais, a recessão económica e as políticas do Governo» (PCP), cuja discussão foi agendada, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, para o dia 15 de Outubro, às 15 horas, projectos de deliberação n [™] 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário antes do início da próxima sessão legislativa (PCP) e 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com o sistema educativo (PS)

No dia 9 de Setembro, foram apresentados na Mesa da Comissão Permanente os seguintes requerimentos ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; formulado pelo Sr Deputado Jorge Paulo Cunha, à Secretaria de Estado da Cultura e ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr Deputado António Filipe, ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr Deputado António Martinho; aos Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs Deputados Paulo Casaca e Ana Maria Bettencourt

seguintes requerimentos ao Sr. Primeiro-Ministro, formula-Maria Manuela Aguiar Dias Moreira (PSD) 2010 1710 20 2011 do pelo Sr Deputado Almeida Santos e outros, ao Ministé-Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (PSD)

Timo da Educação e ao Governo Regional dos Açores, formulados pela Sr. Deputada Ana Maria Bettencourt; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo .Sr. Deputado_Miguel Urbano Rodrigues, ao Ministério_da Administração Interna, formulados pelos Srs Deputados João Amaral e José Manuel Maia, ao Governo, a diversos, Ministérios e aos Correios de Portugal, formulados pelo Sr Deputado Guilherme D'Oliveira Martins, à Secretaria de Estado da Cultura, formulado pelo Sr Deputado Fernando Pereira Marques, à Câmara Municipal de Loures, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Paulo Cunha, ao Governo, formulado pelo Sr Deputado André Martins, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelos Srs Deputados Luís Sá e José Manuel Maia e aò Ministério do Emprego e Segurança Social, à Inspecção do Trabalho e ao IDICT - Instituto de Desenvolvimento, e Inspecção das Condições de Trabalho, formulado pela Sr Deputada Elisa Damião

> O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a pala-Vrano i Sra Deputado i João Amaralmunha a de la viva de la Vrano Amaralmunha d

> O.Sr. João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A «carta aos portugueses» que o Sr Prof Doutor Cavaco Silva subscreve e que foi distribuída como publicidade paga juntamente com os jornais do passado fim de semana, constitut um escândalo nacional que deve ser aqui devidamente debatido e denunciado A «carta», que, o, Sr Prof Doutor, Cavaço, Silva subscre-

> ve invocando a sua qualidade de Primeiro-Ministro, não passa de uma grotesca operação de propaganda do presidente do PSD feita em período pré eleitoral e tendo por objectivo, influenciar o eleitorado a favor, do PSD, através da utilização abusiva dos símbolos do Estado e dos dinheiwhose, r=t in , in the object $\tilde{a}a$, also a are a is c and c constant C are a is a Tahrando a. It is a Colonial Departure. Let B the A

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) 1 m. Munto bem 12 3

press a collected to per is in the collection in successing O Orador: — Evidentemente que esta utilização abusiva dos dinheiros do Estado para fins político partidários devé ser denunciada. Deve perguntar-se com que verbas foi paga esta operação de publicidade? Com que legalidade foram feitos estes pagamentos?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): - Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é, fundamentalmente, no plano da patente ilegalidade da operação que aqui intervenho Aliás, todos sabemos que aparece sempre um burocrata de serviço, habilidoso e devidamente fiel ao PSD, capaz de encontrar uma cobertura formal para estes injustificáveis actos.

Muito menos venho aqui reclamar — desiluda-se quem pensasse isso — para os partidos da oposição o direito de responderem da mesma forma à «cartita» do Sr. Professor.

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Faça um um bilhete postal!

O Orador: — A carta configura uma utilização abusiva de dinheiros públicos e uma qualquer resposta nos mesmos termos seria igualmente abusiva e só serviria para legitimar esta grosseira fraude que a carta consitui.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a questão que motiva esta intervenção: qual é, afinal, o sentido ético com que o PSD actua nos órgãos do Estado? Como é possível ignorar a ética de serviço público e violá-la de forma tão despudorada?

A «carta aos portugueses» do Sr. Prof. Doutor Cavaco Silva não é um acto de serviço público. É um acto de propaganda partidária e para benefício partidário.

A carta utiliza despudoradamente as mesmas palavraschave dos discursos partidários do presidente do PSD, ou seja, as mesmas palavras-chave que o PSD utiliza na sua pré-campanha autárquica. Lá está o «ganhar o futuro» dos gigantescos cartazes por aí espalhados e o tal rumo com que o presidente do PSD tanto gosta de se exibir como homem do leme

Como sucede com todos os folhetos de propaganda, também a carta aos portugueses «vende» o reino das mil maravilhas sol na eira e chuva no nabal! Como o Totoloto, é uma carta barata e dá milhões! E o que «vende» esta carta?

Por exemplo, promete empregos e mais empregos, no exacto momento em que a dura realidade da política governamental é a crise, nomeadamente o aumento do desemprego, do *lay-off*, do trabalho precário

Promete desenvolvimento e mais desenvolvimento no momento em que a dura realidade da política governamental é a quebra do produto interno bruto e o contínuo decréscimo da produção industrial, agrícola e pesqueira.

Promete a resolução dos problemas das regiões no momento exacto em que a dura realidade da política governamental quer tentar impor às autarquias no próximo Orçamento o mesmo valor de FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que houve este ano, ou seja, uma redução em termos reais.

Promete um futuro melhor e radioso quando a dura realidade da política governamental é a de um presente de incerteza, de crise, de desprotecção social.

Promete um rumo radioso quando a dura realidade da política governamental é a das políticas do rumo ao desastre.

É isto ou não, Sr Presidente e Srs. Deputados, propaganda fraudulenta, não só à custa dos dinheiros públicos? É ou não propaganda mentirosa?

Esta cartita do presidente do PSD é, por tudo isto, um escândalo, não só por pôr as instituições do Estado ao nível das virtudes das carnes do hipermercado Continente, das delícias da leitura das Selecções e das facilidades de compra na La Redoute.

- O Sr. Octávio Teixeira (PCP). Muito bem!
- O Orador: Mas isso é o menos e seria sempre o menos.
- O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD). Vá a Loures! Vá a Loures!
- O Orador: Porém, mina a credibilidade das instituições, é uma operação sem ética nem vergonha.
- Os Srs. Deputados do PSD têm aqui a maioria suficiente para impedirem qualquer condenação explicita desta «carta aos portugueses».
- O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD): Vá a Loures! Vá a
- O Orador: Ao menos, então, que vos fique este peso na consciência

A carta sempre tem este ménto: o de confirmar tudo o que foi dito na interpelação do PCP aqui feita sobre a situação da democracia em Portugal e tudo o que eu próprio disse acerca da confusão entre o Estado e o partido, que é o timbre e o toque do trabalho político-partidário diário do PSD, com a consequente e óbvia degradação da democracia.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

- O Sr. Duarte Lima (PSD): Vá à Câmara de Almada!
- O Sr. Jorge Paulo Cunha (PSD). Não se esqueça do programa telivisivo da SIC!
- O Sr. Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.
- O Sr. Rui Carp (PSD): Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, gostava que me respondesse a algumas questões, muito simples, relativamente à sua intervenção que considero profundamente hipócrita, pois têm sido as câmaras de maioria comunista que fazem propaganda partidária à custa dos dinheiros públicos

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: — Vejam o que é o despautério dos cartazes das câmaras, por exemplo, de Almada, Loures, Seixal, vejase a utilização dos transportes colectivos para fazer os panegíricos das alianças eleitorais comunistas bem como os spots televisivos, para já não falar de um certo conluio entre a festa do Avante e a câmara onde está localizado o espaço em que se realiza essa manifestação do Partido Comunista Português!

Mas a pergunta que gostava de colocar a V. Ex a é a seguinte: perante toda essa hipocrisia, pelo contrário, o Governo utilizou todos os seus instrumentos legais para fazer aquilo que qualquer governo deve fazer, ou seja, prestar contas à população e esclarecer os portugueses. E, Sr. Deputado, desafio-o a mostrar onde é que a referida carta do Sr Primeiro-Ministro se afasta da linha do Programa do

Governo aqui aprovado Solo Paco de Pesenvolvimento aupi abanda de Pesenvolvimento de Pese

No fundo, VV Ex as têm medo de verificar Aqué or Goş verno, tendo apresentado as suas promessas eleitorais e não obstante al dificilimal/situação conómical internacional, toda a conjuntura tremendamente desfavorável — que, naturalmente, tem os iseus profundos reflexos naciós sa economía —, está a conseguir cumprir com as sua promessas eleitorais e aqui, preto no branco, nacarta dor si Primeiro, Ministro, Cela é apresentada aos portugueses.

VV Ex as não querem que os portugueses estejam informados e selhouve propaganda datacarta, não fon feita pelo Governo mas pelos partidos da roposição quando udela zo e meçaram a falar, itentando esconde reaquilo: que ela diz; que exconcreto e isó i vem provar que esselibarcor de papel que V Ex a cabou de fazer mostra bem o que esta vossa ideo logia uma ideologia de barco de papel que vai ao fundo na primeira onda v V — (OS) hadio o olumba gara Las O

Aplausos do PSD

1.oures!

O Sr João Amaral (PCP) — O barco de papel é para meter o homem do leme! O barco de papel é para a conocidad de la completa del completa de la completa de la completa del completa de la c

In Mas / jácque nutilizou exemplós concretos, svou responderlhe com questões concretas, sendo a primeira a seguinte oil Sr. Deputado fala-em l'prestaricontasues efectivamente, nesta fase final do seu mandato las reâmaras i de todos cos partidos prestam contas do mandato que fizeram O Governo. Sr. Deputado Rui-Carp, com esta-carta que raqui etenho em forma de barco para othômeni do leme viajar, onão está a prestar contas, mas a fazer propaganda do chamado con futiro e-do fumo que sinterior está carta e propaganda de umo futuro l que elemento que no fazer contas que podra elemente de umo futuro l que elemente que no fazer se de sum a situação i desastrosa do ponto nebuseta social, de um agravamento da crise económica permas nente e de um processo de degradação da democracia

otiúmziavdonisvo-o /astnoolrasara a otnaup, otoal ad otranigami orutul mu ob abnagadora rasar a otraup lam alañfojraomabasilduquatraspacema afroga cótoveral adas câmaras, por exemplo, de Alinacia Loures Seivel, vejase a utilização dos tratimedetotiuMeet: 4994 ob sazovos panegíricos das alianças eletorais comunistas som como os alagidas de di ante e a câmara fois: iunaobatique o a câmara fois: iunaóbatique o carvo com que se realiza essa manifestação do Partido Comuço em que se realiza essa manifestação do Partido Comuço com que se realiza essa manifestação do Partido Comuço com que se realiza essa manifestação do Partido Comuço.

O Sr Rui Rio (PSD) — Sr Presidente, 'Sîs Depútados: O país tem'assistido', recentemente, ao iparticular, ênfase que o Partidor Socialista item vindo as dari à política cambialique or Governol tem rdefendido es às situação adoides empregovem Portugal or los compositores de qualque que qualque que o compositores de sinegávelámportância: no panorama socio económico anacional e-que sportisso apoblêm sempre igrafide le conjunto ada lo primão política i português ab

rgiÉ; pòiss no sentidorde repôrtalgumas vérdades sobre estas matérias l'que julgo ser, de momento, importante referir alguns breves reparos ao muito dó que sobre i stos se dem dito

No quenconcerne/là-política) cambial, poir imais incrível que possa parecer, o Partido Socialista continua a pedir a desvalorização do?escudo5norquadro3Sistema>Monetário é, fundamentalmente, no piano da patente degalusquau ou Pararlávda faltarde, imaginação, o sistemático discurso no sentido ida i depreciação idemonstrat que use io PS afosse 190= vernopestava idisposto, timidamente,2a enveredaripelas solução mais simples, eque: évo mesmo que dizer, restavardispos-Muto m nos viello aqui reclimar - delaquoranbapacot eb Numal claracobcessão pelá peseta, o principal partidor da oposição que vindo nau fazer reavalo de sbatalhar da irelação da nossa moeda com a moeda espanhola Se é verdade, que a peseta; durante ilongo-tempo, serdésvalorizou? também não é menos verdade que se confrontarmos o escudo com oñmarco; responsável npor al 7% do nosso comércio externo, nveremosi que peste se ivalorizou i cerca i de ii 15% desde Dezembro de :1991a e : quenface nao conjunto das iprins cipais divisas (mundiais,), representativas, de 95%; do nosso comércio externo, o escudo desvalorizou, neste mesmo Voces do PCP: — Mutto bem! 88 ab social vocas

São números que não deixam margem para dúvidas, da forma acertada (como (tem; sido) seguida uma linha ede) rumo perfeitamente correcta. Ésos difícili equilíbrio ientre appandade com a ripeseta e la apandade com todas ás loutras divisas de capital 'importância pară ta enossă economia: Aliás, imesmo, num confronto 1 com Cumil cabaz de Imoedas 1 constituídos precisamente pelas três)moedas que mais (desvalorizaram), a peseta, a ilibra le a lira, chega-seràniconclusão pique annossas moeda capenas y ser valorizouj cerca: dei 3,5%1 desde hi 1991 in publication artes. A uoÉstodo este equilíbrio que tem ditado a estabilidade, cambial da nossa moeda e la lutaricontra a inflação, factores realmente (decisivos) para evitar o agravamento/jexpressivo, mantescon cultizes por al espaimonose ospatitisassonosb on E; pois; x precisamente ineste: quadro que a proposta socialista se cinge a desvalorizar ainda mais, numa iclara polítical debadiamento, jour seja l'eum emequivoco facilitan do rdia) de hoje esquecendo opamanhão? Aliás; riseria) interessante isaberi orquerpensaraojuventude portuguesande apropostas i desta indole; spropostas; que; Ise calhar, tem subjacente a ideia ide que Portugal acaba para a semana onMass:SrePresidente, ligada racesta questão lestá também, naturalmente,sla questãondondesemprego: otnomon otoaxo -olOoPSDntemupor diversas ivezes afirmado que o considera de vital importância) dado (as) suas ofortes limplicações sociaisiereconómicas. Basta quei hajai um desempregado em Portugal spara ique (cdesde ologo), hajanumo problemaria i resol-: ver (Masg(Srs) Deputados; mumatieconomia. deamercado; considera; se vatingido i ouplénot emprego) iquando la ctaxa de Promote a resoluc@k élob oxidamantales oggençamentes memento exacto em que a deix realidade da política goonOcSryOctávionTeixeira (RGP) — i OndeP!p lutnemanne v Orçamento o mesmo valor de FEE (Fundo de Equilíbrio m:O:Qrador: == Espois, com este a facto que temos de contar e não com utopias que nada significam perante a realidade in a anCom efeitopé everdade que rémnface da crise internaçãonal equez temoinfluenciado infortemente gaunos saj económia so desemprego temitidootendênciala aumentarilSó que sos aumentossque rele isofreu le queilsofreráginada têmicas ver composi números catastróficos que ob Partido: Socialista: têm E i to ou não, Sr. Pre esesugurión sõrgrigningrigopabna uo A falta ldegered bilidade bdo PS, nesta matéria, bés bem patente quando o seu Secretário-geral/rafirma; nem Plenário

da Assembleia da República que, em 1993, o desemprego estava a crescer à louca média de 1128 portugueses por dia.

Felizmente que a realidade é completamente diferente. Segundo as contas do Partido Socialista, Portugal devia ter, em 30 de Junho do presente ano, 406 mil desempregados ou seja, uma taxa de desemprego de 9% Na verdade, Portugal tinha, nessa data, 236 mil desempregados, ou seja, pouco mais de metade daquilo que o PS previa.

Os números falam por si e, por isso, não vale a pena qualquer comentário adicional.

Os mais recentes dados sobre o emprego, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, constatam que a taxa de desemprego subiu, no segundo trimestre deste ano, de 5,1% para 5,3%.

Ao contrário do que o PS gosta de fazer crer à opinião pública portuguesa, o número de empregados até cresceu 2,5% de Março a Junho, o que implica concluir que o ligeiro aumento do desemprego se deve ao facto da população activa ter crescido mais do que os empregos criados.

Para que a verdade seja reposta, evitando-se, assim, que com um esquisito jogo de palavras e de números se tente confundir os portugueses, é justo referir que a fórmula de cálculo, que dá 5,3% de desempregados, em Portugal, no fim do primeiro semestre deste ano, é exactamente a mesma que a utilizada nos restantes Estados membros, que, como é sabido, chegam a ter taxas superiores a 20%.

Não adianta, pois, tentar confundir a situação com os registos dos centros de emprego, já que, como é sabido, quem um dia procurou um Centro de Emprego, por certo, mais tarde não vai lá avisar que, entretanto, arranjou trabalho e que por isso o seu nome deve ser abatido às listagens.

Os números dos centros de emprego não são credíveis na medição do desemprego, o que, aliás, é perfeitamente natural, uma vez que não é essa a sua função.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao contrário daquilo que o PS estima e intimamente deseja, Portugal não vai ter taxas de desemprego de 10% no fim de 1993 A política que tem vindo a ser seguida pelo Governo tem conseguido minorar os graves efeitos da crise económica internacional, que, como é evidente, tem tido reflexos extremamente negativos na economia portuguesa.

O PS terá de mudar rapidamente de discurso e de estratégia se pretende ser credível perante os portugueses, pois é cada vez mais claro que a cruzada que o seu secretário-geral tem feito por esse país fora, anunciando a desgraça, no fundo, não passa de um triste sonho da pura cor da rosa.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara de que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Ferro Rodrigues e Octávio Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr Deputado Rui Rio, V. Ex.ª é sempre o escolhido pela bancada do PSD para defender o indefensável. É provável que isso tenha a ver com as difíceis relações com o Membro do Governo responsável pelos Assuntos Parlamentares O Sr Deputado tem a mesma lógica do Governo, pelo menos tenta ter, que é a de passar da irresponsabilidade para a desresponsabilização.

Sr Deputado Rui Rio, foi realmente a política cambial seguida pelo Governo nos últimos três anos que conduziu Portugal a um desastre económico, que todos neste momento e unanimemente reconhecem, excepto, pelo menos aparentemente, o Sr. Deputado Rui Rio. É um desastre económico reconhecido pelos empresários, pelos sindicatos e até, cada vez mais, por Membros do Governo

Ora, um desastre económico conduz ao desemprego, que tem vindo a subir e é muitas vezes mistificado, inclusivamente com questões como as passagens para situação de doença, mas toda a gente sabe que reflecte situações sociais de grande desemprego. É evidente que o desemprego não é inevitável. Não é inevitável que, até ao fim do ano, a taxa de desemprego aumente para 9% ou 10%, se os senhores, até ao fim deste ano e do próximo, mudarem de política económica. Mas o que se tem visto é que os senhores são completamente incapazes de mudar.

O seu problema é que neste momento há, cada vez mais, um isolamento da bancada do PSD e dos seus arautos nestas matérias. Já não bastou a lição de economia dada pelo ex--ministro Cadılhe nas vossas jornadas parlamentares, a entrevista de João Salgueiro, que disse o que todos nós já dizemos há muito tempo, isto é, que o Governo não tem qualquer estratégia, o facto de até o próprio Prof António Borges, personalidade de reconhecida competência, embora eu tenha divergências políticas com ele desde há muito anos felizmente! - mas sempre assumidas, ter vindo, há pouco tempo, criticar, de uma forma brutal e frontal, a política do Governo de endividamento externo enquanto há uma espectativa de desvalorização do escudo a médio e longo prazo e o Banco de Portugal, neste momento, ter voltado a ter grandes divergências com o Governo em questões que são fundamentais, desde os problemas do Orçamento do Estado até aos problemas da dívida pública e da dívida externa.

Portanto, lamento que seja mais uma vez o Sr. Deputado Rui Rio o escolhido pelo PSD para esta triste missão, em que tenta acompanhar o Governo nesta passagem do oásis para o barco com rumo, mas em que a miragem é a mesma e é lamentável.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Rio, visto o PSD já não dispor de muito tempo para formular as respostas em separado, dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Octávio Teixeira.

. Tem a palavra, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rio, é espantoso como V Ex." nos aparece hoje a dizer que a desvalonzação do escudo mostra a correcção da linha de rumo do Governo. No início do ano, quando alguém falava em qualquer hipótese de desvalorização do escudo, gritavam «Aqui d'el rei que querem destruir o país»! Esta era a posição do PSD, do Sr. Deputado Rui Rio, do Governo, do Sr Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro das Finanças.

Afinal, o rumo correcto é o da desvalorização feita agora ou o da revalorização feita antes?

Por outro lado, o Sr. Deputado Rui Rio utiliza uma habilidade estatística para tentar vender esta sua mercadoria, na linha da «cartita» que há pouco o meu camarada João Amaral aqui referiu,...

O Sr. **Duarte Lima** (PSD) — É uma «cartita» mas estão muito preocupados com ela!

,O Orador: — .. que é a seguinte: faz a evolução da cotação do escudo face às outras moedas desde 1991,

omitindo:airevalorização havida atéia os fimide 1992 e i o i facto denacdes valorização îteresidouexelusivamente desde: Janeiro mico reconhecido pelos connemómistrasprasoral de al 1993 y atélia procesa de al 1993 y

Sr Deputado Run Rio, iniuma (segunda sivertente ida sua intervenção, nV 'Ex 3) referiu queo para o o PSD, ra texistência, de Cum desempregado iem i Portugal é fai existência de um i problema sup vamente com que tões como as passagens para situação de doença, mas toda a gentémedeojuMea-cGZquobiessoVais de grande desemprego. É evidente que o desemprego nao 1. On Orádor: 1—1. No sentantó, viñão vego asipreo cupação 1 do PSD/perantë/(335/000) (problemas, rnúmeror de rdesemprega : dos registado pelo Instituto don Emprego rei Formação Pro nhores são completamente incapazes de miidar

o seu problema é que!med: otu M::: Que l'avoir de l'avo um isolan ento da banca-la do PSD e dos seus arautis nestas -/O Orador: -- Tipraos quais çafinal por PSD re id Governo -ministro Cadilhe nas vossas joinadas parlaisteogear, obbnobn vista de João Salgueiro, que disse o que todos nos já dizeinos - PVozestdo PSD: F Não véresse romúmero; Sr Deputado! àd tratégia, o facto de até o próprio Prof. Antonio Borges, perso--itOi Orador: (Os) Srs Deputados (põemino) em causalmas agora) não vou rdiscutiro se teste número (corresponde cou snão ao inúmero del desempregados i efectivos rem ? Portugal pipor rfál? tarde i tempo. Degqualqueri modo, Sr Deputado pelo imenos pense ino seguinte i mensalmente, com número e de inovos sinscria to's como desempregados temilirondado vos 25 1000; Este I dado não no stazula o menos pensar lumu bocadinho nantes de gdizer com o Goven?obarrajanamaslemoo si supressibsaup?oliupa problemas do Or, amento do Estado até pos croblemas da divida pública e da sivida externa

Portant, lamento que seja mais una vez o So Deputa a seja para esta para para para la segunda de Solución de Soluc O Sr Rui Rio (PSD).— Sr Presidente, Sr Deputado

Octávio Teixeira, em primeiro lugar, eu não disse que a desvalorização mostrava a linha correcta?docGoverno.cNão disse isso!

O Sr Presidente: -- Si Deputado Roi Rio Aisto o PSD raiVozesi do PCPi ecdo: PS: Ahlaium ob rogato oun in em separado, dou de imediato a palavra ao Si Deputade.

O Orador: — O que eu disse foi que a estabilidade cam? bial mostrava allinhas correctatido Governo sEste se co primeiro aspecto

O Sr Octávio Teixeira (PCP) -- Sr Presidente, Sr Deputado Rui Rio, e imadiotiuMcma: GSP ob escoVparece hoje a dizer que a desvalorização do escudo mostra a correlossa Grandicia (RCP): A Nãoi diga assorbino a ano, quando alguém talava em qualquer hipótese de des-רים Sr: (Ferro': Rodrigues יו (PS). ביב Étfalso! ob יוב אורסור valonzación rem destruit o país»! Esta era a posição do PSD do Sr. Deof O Orador: - Segundo aspecto tos digeiros acentos havidos na moeda portuguesa não foram motivados por Portugal mas? sim; sport reajustamentos dos Sistemas Monetários Europeu. A

ra ou o da revalonzação feita antes." IIIOSSr Octávio Teixeira (PCP): 1-Não diga usso! Isso é bilidade es atística para tentar vender esta sua mercadoslaf na linha di: «cartita» que há pouco o meu camarada João

O Orador: - Portugal limitou-se a acompanhar, Icomo; aliás, os senhores sempre desejaram e reclamaram. O Sr Duarte Lima (PSD) — É uma «cartita» mas es-

tão muito preocupados com el·óral - : Claro ob essov

sb O Orador: €-: Relativamente à evolução dos câmbios) de 1991 até hoje rous den Agosto) des 1992 até nhoje, réprigorosa menteramesma (cóisa a Segundo: olgráfico ique) aquintenho, eé rigorosamentevaumesma idoisa, spòrque em l'Agosto de sil 992 Felizment legle b ordmas a Géacai august mar a tais vinte con le si su in le s Segundo as contas do Partido Socialista, Portugal devia ter, em 30 de Junho do presimad.otuMO=1: de Probresso Vios ou se a uma taxa de desemprego de 9% Na verdade, ,alo Oradón: propiete con aspecto le relativo la centros pouco mais de metade daquilo que o PS presogarqma ab an Sr Deputadon estes centros registama ast pessoas rqué) os procuram, mas, depois, não dão detimediato baixa quando essas: mesmas) pessoas obtêmirum tempregon Dafi queras distagens sejam, mormalmente; i sempresempoladas! Ora, jorquesé, preciso; esé isso os que ios centros de emprego estão ia fazer, é haver verificação física das pessoas 5,17 para 5,377 Ao contrarro do que o PS gosta de fazer cier à opinião ueOeSr. FerrotRodriguesi(PS).எ...ரிவ் fizeraṃ!பான மாப்பிர 2.5% de Março a Junho o que implica concluir que o li--u(OcOrador: 1-ofSr. Deputado; quando) assimitaconteceiaté (posso): dar-lhe: casos (curios os == ;) o (desemprego) poderia Para que a verdaduiduga obabila or saitobiaup,, obaxiadanos estrPortanto;numquadro,de,competência; vamos,escolherias; estatísticas que realmente são feitas parazisso pasado linstituto Nacional de Estatística; que são elaboradas, nos, mesmos, termos; emique, itoda: a; Europai, faz ·Não (ivamos confundir (os) ma que a utilizada nos restraristamisasesamoresesuguinoq

Sr Deputado Ferro Rodrigues, portaçaso, sabia que tinha umaydiyergênciappolíticancomio. Sin Deputador António; Guterrest mas agora) verifique, que também a tem com con co dia precuiou um Centro de E segroß omòtnAcobatuqede. 12 não var la avisar que entrefanto, arranjou trabalho e que por

O Sr. Ferro Rodrigues (PS) , Deputado, António Borges?! Os júmeros dos centros de emprego não são credíveis 3μQnQrador: -, Deve sep uma alergia aos «Antónios», ω natural ווחם עכי que não é פאגם משפון obstigado re o sup Sr Presidente, Srs Deputados. Ao contrário daquilo que -BiOgSr3Ferro [Rodriguesg(PS)] Quem é, of Deputado vas de desemprepo de 10% no fim de 198! sagroBioinognA tem vindo i ser seguida pelo Governo tem conseguido -0.01.0rador: mio Quanto, ao mérito ida, minhay intervenção, denyiritdefender ox Sra Ministro dası Finanças, oyusto on apono ser algum mérito, devo dizeij que muito mais mérito tem V 1 Ex. que, não Lapoia o Sr. Deputado António Guterres; dentraterie e prefinbe fepuelement for interior pois é cada vez inais claro que a cruzada que o seu sea O.Sr. Ferro Rodrigues (PS) (71 loss éffalso) rectarior la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata d desgriça, no fundo, não passa de um triste sonho da pura O Orador: — Realmente, nesse ponto tem muito imais, mérito do que eu

Aplausos do PSD

Aplausos de PSD

O Sr Presidente: — Informo a Camara de que se encon-20 Quanto aozdesemprego, devo dizer-lhe cainda, Sr. Deil putado, que este é um problema sério (Está, a aumentar, em Portugal; não (tanto quanto mas está, realmente, a aumentar, pelo que é preciso tomar medidas, e o Governonyai apresentar um spacote, pem Isede de Concertação Social, para obviar jesta questão. Agora, o sque o deseme pregognão tem, érasitaxas que JVV Ex. 3 Juneada mancada mancada mancada managa proposition de la company de la com o MaExiduzique, mortim do ano, astaxa de desemprego será dej-10%; mas ;a que preconizava (era de 30%. Era (esta) a jopor; tunidade política que nyz TEx. Trqueriam, mas que mão, irão ter, porque a taxa de desemprego não irá ser de 30%, de 20%, de 10%, de 9%, de 8%, nem mesmo de 17% É isso que qV Ex 1 poderescreyer (etdizer) ao (Sr. Deputado António) Guterres, para não continuar nesta cruzada de malfazer, digo malfazer, por-Portugal a um devastresesauguriog, so riginginisab; sa spina, sup Para terminar, em matéria de desemprego, pergunto Sr. Deputado, lembra-se, por acaso, das taxas de desemprego de 1983 e de 1984? E não venha agora dizer que, na altura, havia crise, porque, então, a crise na Europa era muito menor do que a que existe hoje. Ora, as taxas de desemprego eram, em 1983, de 7,9%, em 1984, de 8,5%, em 1985, de 8,6% e hoje estamos com 5,3% e com uma crise ainda maior na Europa.

Relativamente aos jovens — já agora uma curiosidade —, a taxa de desemprego dos jovens, entre os 20 e os 24 anos, era, na altura em que o PS liderava o Governo, de 17,9%, em 1984, de 19,5%, em 1985, de 19,8% e hoje, Sr Deputado, é de 9%

Aplausos do PSD.

- O Sr Ferro Rodrigues (PS) Sr Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra.
 - O Sr. Presidente: Tem a palavra
- O Sr. Duarte Lima (PSD). Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.
- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Duarte Lima.
- O Sr. Duarte Lima (PSD): Sr. Presidente, por norma, as defesas da honra são feitas no fim do debate e eu...
- O Sr. Presidente: Sr. Deputado, neste caso, o que existe são intervenções individuais e não há qualquer tema em debate, porque, se assim não fosse, o exercício da figura regimental da defesa da honra teria de ser no final.
- O Sr. Duarte Lima (PSD) É que da última vez que solicitei a palavra para exercer o direito de defesa da honra, na penúltima comissão permanente, tive de ficar para o fim do debate.
- O Sr. Presidente: Certo, Sr. Deputado, mas, nessa altura, estava em discussão um tema

Tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS) — Sr. Deputado Duarte Lima, não é preciso estar tão nervoso, porque não se irá passar nada de transcendente nesta Assembleia...

Vozes do PSD: - Ninguém esperava isso!

- O Orador: A única coisa que quero dizer-lhe é que não vou precisar de fazer o número do «vendedor da banha da cobra», de que não são 30, 20, 10, 9, 8% e por aí fora, que é um número que os portugueses conhecem,...
 - O Sr. Ferraz de Abreu (PS) Exacto!
- O Orador: para dizer que a taxa de desemprego, em Portugal, já é, infelizmente, demasiadamente alta para os apoios sociais que existem

Por outro lado, é, sobretudo, de muito mau gosto aquilo que foi dito como comparação com 1983/84, tanto mais que vem na sequência intervenção do Sr. Ministro das Finanças, feita há pouco tempo, onde criticou fortemente a política começada em 1980, pelo então Ministro das Finanças Ca-

vaco Silva e onde saudou fortemente a política levada à prática pelo Ministro Ernâni Lopes

Portanto, o Sr. Deputado Rui Rio está desactualizado em matéria de intervenção ortodoxa do seu partido e do seu Governo, pelo que convinha, depois destas férias, actualizar-se sobre essa linha política.

Quanto à defesa da honra, invoquei essa figura regimental apenas para dizer que efectivamente não estou contra o secretário-geral do meu partido, nem poderia estar, porque sou militante e Deputado do PS e quero que o PS vença. Estou convencido de que vou ter a vitória que tanto eu como o PS esperamos.

- O Sr. Luís Geraldes (PSD): Fale mais devagar, com mais pausa!
- O Sr. Presidente: Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr Deputado Rui Rio
- O Sr. Rui Rio (PSD). Sr. Presidente, como o Sr. Deputado Ferro Rodrigues não me desonrou não sinto necessidade de defender a minha honra.
- O Sr. Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.
- O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está a iniciar-se o ano lectivo Ouvem-se declarações várias sobre os mais desencontrados temas, orientados também pelos mais distintos pensamentos.

Para o Ministério da Educação e para o seu principal responsável trata-se de dizer que tudo está bem e que apenas há algumas escaramuças irrelevantes, urdidas por ignotos agentes com objectivos insondáveis. No entanto, há inquietação geral - professores, alunos, famílias, um pouco por toda a parte, todos se sentem inseguros. Porquê? A reforma do sistema educativo vai dando os seus passos de modo titubeante Faltam apoios pedagógicos e materiais Os professores não estão mobilizados, sentem-se desmotivados, têm dúvidas fundas sobre os objectivos das mudanças em curso, não se vêem participantes activos no processo e no seu aperfeiçoamento, confrontam-se com orientações contraditórias, sentem-se defraudados nas suas espectativas legítimas sobre a formação contínua e alguns limitam-se a participar numa corrida desenfreada aos créditos para efeitos de carreira.

O balanço da aplicação do novo sistema de avaliação, no último ano lectivo, confirmou as piores previsões: houve critérios muito diversos e pouco compreensíveis; criouse um clima de incerteza, de insegurança e de irresponsabilidade. Não se pôs fim à ideia doentia de que o sucesso escolar iria ser promovido por via estatística e, pior que tudo, não se criaram condições concretas para que os alunos com dificuldades de aprendizagem pudessem ser apoiados seriamente no âmbito de uma diferenciação pedagógica enriquecedora.

Em vez de reforçar realmente os meios materiais e humanos ao dispor das escolas, o Ministério da Educação continua a claudicar perante a rigidez contabilística do Ministério das Finanças. O departamento da Educação tornouse incompreensivelmente dócil nesta negociação, fechando os olhos e os ouvidos ao que está a ocorrer noutros países comunitários, a começar pela Alemanha, onde as restrições orçamentais registam uma excepção no domínio da educação e da formação, já que se entende que a redução de meios ou a estagnação dos programas em curso nesses capítulos

FPCI SÉRIES#INÚMEROSIO1

geram umi abaixamento i dei qualidade i e consequências? negaprática pelo Ministro Ernâni Logitud on asbasilqulum asvit

Não esqueçamos que o multiplicador das despesas públicas na educação, além (de ter) uma) eficácia requivalente nos encargos de funcionamento é de linvestimento tem efeitos a longo prazo na valorização ou na desvalorização dos recurs Quanto à defesa da honf, ônimun rotate o leq aberequivos + "Por muito que se fale em desperdicio è nos efeitos iniliudi-ação da necessária rede de escolas basicas integradas, sobre a ligação entre a escola e o meio e sobre as necessidades efectivas e os objectivos concretos do sistema educativo.

estatísticas essenciais Continuamos a não ter esclarecimentos concretos sobre a execução do PRODEP 11 le sobre a razão de não terem sido alcançados os objectivos propostos no seu início Continuamos sem saber, ou ja conhecer mal, qual a filosofia e quais os objectivos do PRODEP, 2:20 37.

Aliás, desde o final de Julho passado, que o Grupo Parlamentar do PS vem solicitando uma reunião urgente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura comba presença do Sr Ministro da l'Educação, sem que tenha havido disponibilidade para o efeito da parte da bancada da maioria.

E o ensino pré-escolar Onde estão as medidas concretas num domínio prioritano, que continua descurado e sem umá estraté. giã? E a deducação de adultos, para além do ensino recorrente, como formação permanente; enquanto instrumento de combate à exclusão e como meio de responder aos desafios da mobilidade e'do progresso científico e tecnológico de como saliento a na canaque ha bem pouco tempo o Conselho da Europa sa canaque

O'S' Deputado Duarre Lima acabou de me dizer que em Outubro, discutir-se a Pois bem, é incompreensivel que, havendo um desfa-

-i Protestos do Deputado don PSD, Duarte Lima naginita tos de carreira

O: Orador: - Atente-senno que ocorre tambémanol ensino superior vo tema fundamental sobre a mesa continua a sercoidas propinas — como se esse fossel um problema principalido País E não éloA questão das propinas élum subcapítulo do financiamento do ensinó superior se Não se subilidade escular mill ser promovado por y a estarrollar topi lairri . tudo, não se craram concilmed of tuM =: SP obsessoMunos coin cifical lades de aprendir aren en como ser upo a--- O' Orador: Tardel e a más horas roi Governo só agora começa a reconhecer, timidamente, que errou. Já parêce aceitar 'que a lei tem defeitos e é injusta; além de ser inconstitucional, como sempre o dissemos desde a primeira horaos consm - Propina unica ou não una dúvida Ga vem dos proprios nistério das Emanças. O departamento d' + du asississinores se incompreensivelmente dócil a sta negociação dochablo O Sr' José Magalhães (PS) - Exacto uo co o codo co comunitários, a comecar pela Alémarha, onde as testaçoc LO Oradór: "Dia sim, dia não roêm posições contradio

tóriás" E'ońde está 'a''clarificação' das funções educativa e científica do ensino sque proprio de la científica do caragnação dos proprios de la científica do caragnação do do ca

otRogapressão dos reitores, comagrande perdacide tempo, vamos>regressando! às.lconclusões ¡do Livro! Branco: sobre "o' financiamento que, remideterminado momento, o Executivo quistostensivamente esquecerui Financiamento, avaliação; acção, social lescolar le propinas, jos itemas jestão, intimamente ligados nMas icómo, equacioná-los, como apresentá-los, tendorem-conta; que restes problemas estão iligados às perspecto tivas de desenvolvimento do País, perspectivas de desenvolzi vimento ¡que ¡começam; ¡naturalmente, ¡no ensino, superior, ¡nas relações entre (a Universidade, e o Politécnico; no colocar do, problema) dos diplomas e da certificação, nat estratégia relativajaj função do ensino público, na ligação entre ensino e, ciência lado, 3 15 9%

Ao lermos, nestes domínios, o Plano de Desenvolvimento Regional fica-nos a ideia amarga da demissão do Estado relativamente às suas responsabilidades e da inexistência de linhas estratégicas orientadas para o desenvolvimento e para a valorização das nossas vantagens comparativas, del que hoje tanto se fala Será que se prefere o espontaneismo das iniciativas ditadas exclusivamente pelo objectivo do maior ganho? É o País que perde — e sabemos bem que os erros em maiéria éducativa, a ausência de perspectiva de futuro e o imediatismo pagam-se, amanha, com juros elevadíssimos e com prejuízos irreparáveis

"Não pôdemos continuar," impávidos e serenos, a ouvir declarações contraditórias, a presenciar vagas manifestações de intenção de mudar isto ou aquilo, designadamente em matérias da competência do Parlamento Exige-se uma tomada de posição clara dos résponsaveis sobre os momentosos problemas. da educação em Portugal Não podemos afundar-nos nos pouco edificantes episodios, como o das provas específicas, emi que se perdeu muito tempo e se alimentou uma polémica inútil, que a Constituição resolve de forma linear in del mo

Continua, fafinal, a preferir-se o curtíssimo prazo, como se viu, aliás, no episódio da «cartinha» do Sr. Primeiro-Ministro. C.S. Dirac Taux (PSD) L que da última vez que 4 O'Sr. Duarte Lima! (PSD) = Estão preocupados? na positian i sopri a si alia, in e de licar para o fim

O Orador: — É o curto prazo que está em causa; lé a acção imediata sobre a opinião pública, de eficácia, como OS Presmente selvera)nbastantebreduzida. (1993 -

Mas a educação é o domínio por excelência de sementeira, exigindo quel o semeador se preocuper com la seara, em vez de continuar a distrair-se com o voo dos pardais Departed Obstance Property of Penalty Co. Reputation P.S. and Co. Reputation of the Property o

O Sr Presidente: — Ao abrigo do n° 2 do artigo 18° d do Regimento da Assembleia da República, vou dar a palavra, para um brevissimo comentário, no máximo de dois minutos, ao Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Deputado Pedro Roseta.

O Sr Pedro Roseta (PSD). — Sr Presidente, Sr Deputado, julgo que teremos ocasião de debater a questão de fundo noutras sedes, eventualmente hoje mesmo, uma vez que vamos ainda apreciar o projecto de deliberação da

que vamos ainda apreciar o projecto de deliberação da iniciativa do PS, relativo à educação.

No entanto, como Presidente da Comissão de Educação.

No entanto, como Presidente da Comissão de Educação, craci sile cumbridado de composito de composito de convocada neste período de suspensão dos trabalhos parlamentares porque cumpriu as regras. Sejamos claros alimentares porque cumpriu as regras. Sejamos claros alimento da Assembleia da República.

As solicitações que os Srs Deputados do PS fizeram de foram duas de foram levadas a Comissão Permanente, que

as rejeitou. É óbvio que o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins não está a sugerir que eu fosse, como Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, proceder a uma violação das regras. Tendo trazido o assunto à colação da Comissão Permanente e não tendo sido autorizado, eu não faria isso.

Quanto à questão do desfasamento entre o começo do ano parlamentar e o começo do ano escolar, constato que o Sr. Deputado está a pedir uma revisão antecipada da Constituição da República Portuguesa, para fazer coincidir a abertura dos trabalhos parlamentares em cada sessão legislativa com o início do ano escolar. É realmente original! Não conheço, em nenhuma parte do mundo, com todo o respeito e até, como sabe, com todo interesse que tenho em matérias educativas, sítio em que isto se verifique.

Mas, então, Sr. Deputado, proponha isso em sede de revisão constitucional e não venha agora atirar as culpas para a Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Esse desfasamento resulta, obviamente, da Constituição e nada mais.

Julgo que em qualquer parlamento democrático do mundo há períodos estabelecidos para o funcionamento quer do plenário quer das comissões. Há períodos em que, pura e simplesmente, não há trabalhos parlamentares. Se eles são longos ou estão desfasados,... talvez fosse melhor haver dois períodos, como, por exemplo, em França, em vez de um período tão longo como é o do funcionamento sucessivo do Plenário.

Mas essa é uma questão para a revisão constitucional, não é para ser discutida nesta sede.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PSD): - E sobre as propinas, nada!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gulherme d'Oliveira Martins, que dispõe apenas de um minuto.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que não está em causa a posição do Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura mas, sim, a posição reiterada da maioria, não apenas nesta fase de férias parlamentares mas anteriormente, designadamente quando solicitamos, de forma reiterada, a presença do Sr. Ministro da Educação ou quando pedimos que as reuniões sejam públicas, no que sistematicamente temos tido a oposição da maioria.

Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado Pedro Roseta, quanto à revisão constitucional, não a defendo, porque penso que será absurda. O que estou a dizer é apenas que o Parlamento nunca fecha. Há sessões legislativas, mas o Parlamento não fecha, está aberto.

Portanto, não nos coloquemos por detrás do «biombo» das férias parlamentares. Aliás, as férias parlamentares significam que há uma interrupção nos trabalhos do Plenário mas a Assembleia continua a funcionar.

Vozes do PS: - Muito bem!

12 1 14

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados O CDS constatou algo que já tinha previsto e que reside no facto de a opinião pública em geral

e a comunicação social em particular ter sido colhida de surpresa com a notícia de que o Governo tinha aprovado um diploma sobre as infracções fiscais onde se previa como pena autónoma a pena de prisão.

Conseguimos explicar essa surpresa tanto da opinião pública como da comunicação social, que falou do tema como se fosse a primeira vez que era discutido, porque—e fazendo mea culpa—, no fim da sessão parlamentar, a essa questão, com uma dignidade tão evidente, apenas pudemos dedicar, pela forte pressão do tempo, alguns minutos.

Mas como já está gerado um problema público de discussão e de rejeição desta pena autónoma de prisão para os chamados crimes fiscais, para os ilícitos fiscais, cabe fazer mais algumas reflexões, para além das que foram feitas na altura própria, embora usando pouco tempo, porque em cada dia que passa há dados novos para reforçar a posição que tivemos aqui, no Parlamento, de rejeitar, de uma forma clara, a aprovação ou a produção de efeitos desse diploma.

Desde já anunciamos que, precisando muito embora da colaboração de outros partidos, faremos todos os esforços para que esse diploma volte aqui para um novo debate

Não está em causa a questão como a colocou o Sr Subsecretário de Estado Adjunto da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento, ou seja, não está em causa o problema de saber se, para a violação das leis fiscais, deve ou não existir em abstracto pena de prisão.

As teorias são conhecidas. Sabe-se que hoje, para o Estado social, para o Estado democrático, dadas as suas funções e responsabilidades no domínio da solidariedade, no domínio da justiça e da promoção da eliminação das desigualdades sociais, dada a importância que nesses Estados é atribuída ao princípio da igualdade, a violação das regras sobre a repartição dos encargos do funcionamento do Estado é um delito grave, porventura viola um dos bens jurídicos fundamentais ligado a esse mesmo Estado de Direito.

A questão não é, portanto, a de saber se, em abstracto, a pena de prisão deve ou não existir de forma autónoma para este tipo de delitos de que falo. A questão está resolvida porque essa pena existe nos Estados democráticos mais avançados da Europa. Ela existe mas diga-se desde já que, estatisticamente, é sabido que ela é aplicada em muito poucos Estados.

Então, porque é que ela existe nesses Estados? Porque é que deve ser admitida teoricamente? Porque é que é aplicada em tão poucas situações? As explicações destas interrogações estão justamente ligadas aos motivos por que não deve haver pena de prisão em Portugal para este tipo de delitos.

Não deve haver pena de prisão porque, sendo certo que o Direito Penal Tributário é um direito com valores éticos que é preciso assegurar — como dizia o Sr Subsecretário de Estado, uma moralização fiscal —, é preciso garantir o consenso social em torno do financiamento do Estado, é preciso que haja confiança nas próprias instituições do Estado. Tudo isto é verdade, mas nesses Estados que nos servem de exemplo — e bem —, frequentemente, a pena de prisão está longe de ser o único garante desse respeito pelo financiamento e pelo suporte, em termos de igualdade, do funcionamento do Estado democrático

De facto, a pena de prisão para os crimes fiscais é apenas um acessório de leis substantivas perfeitas e justas, é apenas um acessório de tribunais céleres e competentes, de leis processuais expeditas, de meios de defesa importantes do contribuinte, de sistemas de fiscalização muito actuantes, justos e não corrompidos.

Diria que, se estivessem preenchidas essas condições em Portugal, a pena de prisão para os crimes fiscais não seria,

3282 Ceci série 4 númerocion

sequer, discutida Mas o que acontece em Portugal é que, justamente, todos os outros requisitos da justiça fiscal estão por cumprir E estando por cumprir todos estes requisitos em matéria de fiscalização, de processo, de funcionamento dos tribunais, de leis substantivas, o estabelecimento dessa pena de prisão apenas significa um acto de autoridade, que desconfiamos, que tem apenas razões conjunturais de desesperor ao

Masunão é só por isto, inão é só pelo facto idegos tribunais não funcionarem com a celeridade com que deviam; não é só pela, fiscalização ser aleatória, diminutabe estar quase posta de parte pelo actual funcionamento da Direcção-Geral das Constribuições je Impostos que recusamos esta pena de prisão autónoma. O que vemos, para além disso, é que este Estado, que quer pôr na cadeia quem não entrega a declaração ou quem não paga os impostos; é o mesmo que se recusa a cumprir, por exemplo, a directiva sobre o'IVA que elimina a taxa agravada do imposto, é o mesmo que não elimina, há mais de um ano, uma obrigação comunitária! (que o Governo está sempre a dizer que é a sua preocupação máxima), é o mesmo que, segundo as informações recentes, deve, em relação al dívidas vencidas, 40 milhões de contos aos fornecedores dos hospitais, mais. de 30 milhões de contos aos empreiteiros; cerca de 10 milhões de contos às farmácias: (hat a hat all transforments)

É este Estado, que desde há largos años é conhecido por não cumpir os contratos e ter uma prática de abuso de dependência económica para com os empreiteiros que constróiem as escolas, os palácios de justiça e as estradas e para com os fornecedores dos hospitais, desde produtos alimentares a laboratórios, aquele quer prender quem que não entrega a declaração e não paga os impostos a tempo é o mesmo Estado que quer libertar aqueles quel praticam ofensas, crimes contra o património, contra a homa e à 115 berdade das pessoas e quer encher as cadeias de contribuintes que não pagam os seus impostos, quantas vezes em virtude das dívidas que o Estado tem para com eles in contribuintes que não pagam os seus impostos, quantas vezes em virtude das dívidas que o Estado tem para com eles in contribuintes que não pagam os seus impostos, quantas vezes em virtude das dívidas que o Estado tem para com eles in contribuintes que não pagam os seus impostos, quantas vezes em virtude das dívidas que o Estado tem para com eles in contribuintes que não pagam os seus impostos.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente De facto, isto é tanto ou mais préocupante quanto hoje, na entrevista do Sr Ministro das Finanças, quando lhe foram perguntadas as rázões do défice, as suas déclarações foram praticamente um queixime generalizado dos sujeitos passivos, dos contribuintes e das empresas O Sr Ministro das Finanças considera que deduzir despesas de saúde é um abuso de benefícios fiscais! O Sr Ministro considera que as empresas portuguesas estão cheias de lucros e andam a praticar sistematicamente fuga aos impostos. O Sr Ministro queixa-se de todos!

Neste ambiente de desespero, neste ambiente de mau funcionamento do sistema, tememos gravemente pela aplicação deste diploma que o Governo aprovou Assim, vamos esforçar-nos por que esse debate volte à Assembleia, para que possamos repensar este assunto - Aplausos do CDS-PP se que esse debate volte à Assembleia, para que possamos repensar este assunto - Aplausos do CDS-PP se que este assunto - O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a pala-vra o Sr Deputado André Martins.

- O'Sri André Martins (Os Verdes). — Sr Presidente, Srs Deputados Na passada terça-feira; a RTP 1, ono programa Repórteres, apresentou imagens que entraram pelacasa dos portugueses e certamente aqueles que las viram ficaram profundamente horrorizados com elas Nesse prof.

grama afirmou-se que; nos Açores; os pescadores serão os autores ou os protagonistas da chacina de uma espécie pròtegidas pobleis (nacionais) e internacionais no ballo de la local i il local Sr. Rresidente; "Srs Députados.: Aquelas rimágens asão extremamente preocupantes e cparece-me que devem valer interrogações de todos os que estão representados, na Assembleia da República e a atenção dos portugueses, dos órgãos de comunicação sociabe das organizações e entidades nacionaisce internacionaisc pin hi o obati , oci il o 1 Imagens de igual sentido assustador fóram transmitidas pelaoRTP em Junho de il 992 il precisamente quando Portugal detinha arpresidência da Comunidade Europeia e estava al decorrer, al ECO 392, no Rio de Janeiro e indigo al 6 onNessa altura, foi considerado um artigo que la revistar alemã Quick publicou, com fotografias, esfez circular junto. dos, órgãos de comunicação social nacionais, atendo-se entendido que se tratava de uma campanha contrata imagemi dos açoreanos rem particular; e, naturalmente, de Portugali na comunidade internacional; uma vez que estavaria decorrersuma conferênciasmundial sobreso ambiente e por désendo an inclusion of a design of functional design of the color of the c Na, mesma altura, so Secretário Regional da, Agricultura, e: Pescas da Região: Autónomaldos Açores criticou frontal-) mente as notícias que circularam; edizendo que não era verdade o que a RTP havia transmitido, bemacómo o que

foi veiculado na ireportagemi da revista Quicki de recisio de Estado dos Também nessa ocasião, o Sr Secretário de Estado dos Recursos Naturais afirmoure prometeu aos portugueses e aqueles que se interrogaramicom aquilo Ideoque tiveram conhecimento, através da escrita e da imagem, fazer um inquérito sobre o que se passava je, de acordo com a legislação, punir os prevaricadores, se os houvesse

¹ºː'Acontece, Sra.Presidente-e(Sis 'Deputados, i que na passada terça-feira, como já referi, num programa realizado pela RTP, essas mesmassimagens surgiram ainda de forma mais crua aos colhos dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de de dos portugueses is 'tama 'C > a de dos portug

Parece-nos, pois, que Portugal deve fazer respeitar os seus compromissos junto da comunidade internacional. De facto, Portugal ratificou, em 1981, a Convenção de Berna, relativa à Conservação da Vidap Selvagem de dos Habitats. Natúrais, da Europa, se lo Governo português, elaborou, em 1989, o decreto-lei que regulamenta à aplicação dessa Convenção e profber a captura, ia detenção e o abate das estipécies da fauna inscritas nos anexos da Convenção, nost quais se referem os golfinhos Osmesmo se diga do Descreto-Lei no 114/90, de 5 de Abril, relativo nao comércio internacional das espécies da fauna enflorar selvagens ameaçadas de extinção, entre as quais se incluem os golfinhos

- 'Sr Presidente, Srs Deputados Nesta conformidade, en tregámos já na Mesar da Comissão Permanente um projecto de deliberação (que comete à Comissão de Administração do Território; Equipamento Social Poder Local en Ambiente a realização de uma audição parlamentar; com a brevidade possível, para que sejam capurados, ost factos e salvaguardada à imagem e. a dignidade do povo acoreano, designadamente dos pescadores Esisto porque se, de facto, há atropelos e ilegalidades destentipo; certamente não são cometidos genericamente por todos os pescadores

Por outro lado, temos uma preocupação, a qual consideramos que esta audição parlamentar deve procurar esclarecer, que tem a ver compo facto de saber se ás entidades nacionais e as organizações dos sectores envolvidos podem ser, de alguma forma, responsabilizadas neste processo

Por últumo, importa ainda apurar até que ponto as imagens e informações que a RTP-veiculou (são) ou não fabricadas, porque também pode estar em causa uma questão de especulação.

A bem do interesse nacional e da dignidade do povo português, em particular dos açoreanos, todas estas questões devem ser esclarecidas Neste sentido, solicitamos aos grupos parlamentares que dêem o seu consenso para que este projecto de deliberação possa ser votado no período da ordem do dia, a fim de que no próximo dia 6 de Outubro, quando a Comissão de Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente reunir, possa já desenvolver esforços no sentido de promover e levar a bom termo a audição parlamentar que propomos.

- O Sr **Presidente:** Para exercer o direito regimental de defesa da consideração, tem a palavra o Sr Deputado Márno Maciel
- O Sr. Mário Maciel (PSD) Sr Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de tomar posição sobre esta matéria, porque ela é suficientemente grave para que, da parte de alguém que representa, nesta Câmara, a Região Autónoma dos Açores, não haja uma tomada de posição.
- O Sr. João Amaral (PCP) Mas quem é que representa a Região Autónoma dos Açores?! Ora essa!
- O Orador: O jornalismo de investigação é uma modalidade mentória e digna de fazer jornalismo. Obviamente, a sua principal intenção é a de apurar a verdade e denunciar irregularidades, mas há limites e o jornalismo de investigação tem de ter seriedade, objectividade e honestidade e tem de respeitar a dignidade alheia

O que é que aconteceu nessa reportagem? Já existem testemunhos públicos das pessoas envolvidas na mesma de que houve aliciamento monetário, coacção psicológica dos entrevistados, mentira e falsificação Ou seja, a reportagem deixou de ser uma peça de jornalismo de investigação para ser uma peça de publicidade enganosa sobre a Região Autónoma dos Açores

As autoridades regionais nunca negaram a prática de actos isolados, cometidos por cidadãos sem escrúpulos, que caçam cetáceos, nomeadamente golfinhos, isolada e esporadicamente, nos mares dos Açores. No entanto, sempre dissemos que essa prática não é corrente, não é comum, não é generalizada nem é assumida pelo povo açoreano na sua totalidade. Esses indivíduos, sobre os quais irá recair a lei e a justiça, são repudiados pela maioria esmagadora dos açoreanos.

Ficamos, pois, ofendidos pelo facto de, na sequência dessa reportagem, ter ficado a impressão de que nós, povo dos Açores, temos apetência para violar as leis de protecção dos cetáceos e, inclusive, temos como prática comum a ingestão de carne de golfinho. Ora, nos Açores não se come carne de golfinho nem essa carne é servida em qualquer restaurante.

Por outro lado, nos Açores, os pescadores não utilizam isco de golfinho para pescar atum, que é, como sabem, a base da nossa economia pesqueira— a indústria conserveira. A pesca do atum faz-se através da modalidade de salto e vara, que utiliza isco vivo, chicharro e cavala, jamais golfinho. Aliás, o golfinho, lamentavelmente, é utilizado como isco noutras partes do planeta, não nos mares dos Açores

Na Região Autónoma dos Açores estamos ofendidos com esta reportagem e vamos utilizar todos os meios à nossa disposição para que a verdade seja esclarecida, sobretudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois de a RTP Açores, numa atitude louvável, ter entrevistado as pessoas envolvidas nessa reportagem e elas terem dito publicamente

que foram coagidas, aliciadas e enganadas para perpetrarem aqueles actos.

- O Sr. João Amaral (PCP): Vamos ver se não foram coagidas por V. Ex.º!
- O Orador: Há, inclusive, testemunhos de cidadãos que foram enganados por um pretenso casal de turistas afinal, eram jornalistas —, que lhes pediram para fazerem receitas antigas de culinária dos Açores. Obviamente, nos Açores, nos tempos antigos, a carne de cetáceo era ingerida, mas após a proibição e a protecção dessa espécie, a população dos Açores nunca mais teve esses hábitos.

Portanto, tudo ficou claro, foi uma orquestração lamentável da RTP contra o bom nome da Região Autónoma dos Açores que veio prejudicar seriamente os interesses lícitos da indústria conserveira açoreana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é comum nesta Casa, na Assembleia da República, e parece-me até deslocado,.

- O Sr. José Magalhães (PS): Deslocado?
- O Orador: ... que um Deputado queira fazer uma audição parlamentar, porque dois ou três indivíduos mataram ou chacinaram alguns golfinhos
- O Sr. José Magalhães (PS): Mas o Sr. Deputado acabou de dizer que se trata de um *complot* mundial?!
- O **Orador:** Por que não fazer também uma audição parlamentar aos continentais que chacinaram o lince da Malcata? E por que não fazer uma audição parlamentar para saber quem foram os continentais que chacinaram o lobo ibénico?

Parece-me que se trata de uma atitude que lança um labéu de suspeição sobre a Região Autónoma dos Açores e, mais, a Assembleia da República devia, através de si, tomar consciência, de uma vez por todas,...

- O Sr. Presidente: Peço-lhe para terminar, Sr Deputado
- O Orador: ... de que a Região Autónoma dos Açores tem um Parlamento regional.

Se o seu partido quer fazer audições parlamentares desta natureza, primeiro tem de ganhar o direito de ser eleito para a assembleia legislativa regional, que é o órgão que fiscaliza o governo regional e que debate e analisa as ocorrências na Região Autónoma dos Açores.

- O Sr. José Magalhães (PS) O mar já nem sequer é mar nacional, é mar regional!
- O Sr. Presidente: Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.
- O Sr. André Martins (Os Verdes). Sr Presidente, fiquei surpreendido com o pedido de defesa da consideração do Sr. Deputado Mário Maciel, porque, de facto, parece-me que não ofendi a consideração de ninguém, antes pelo contrário, a minha intervenção e o projecto de deliberação que aqui apresentámos vão no sentido de defender aqueles que, de alguma forma, podem estar ofendidos com tudo o que se tem passado.

Depois de o Sr Deputado Mário Maciel falar, eu é que posso dizer que fiquei ofendido, pois fez acusações e deturpou as intenções da minha intervenção e da apresentação do projecto de deliberação.

3284. .: I SÉRIE— NÚMERO 101:

m Deifacto I Sr. Deputado, ascisuas palavras implicam que assidectarações do Secretário Regional da Agricultura e Péscasida Região Autónoma dos Açores, proferidas em Junho de 1992 e omais recentemente, precisamente no programa da RTP, me mereçam algumas dúvidas É que W Ext fez aquida acusação de que eu estou a menosprezar o papel e a importânciar da: Assembleia. Legislativa Regional ndos Açores Certamente, Sr. Deputado, istoctem algo por detrás, rque mão quero aquides envolver, mas W Ext deve saber, o porquêr da sua posição, diquando refere que a nossa intenção sé dizer que mão há opoderes instituídos, escapazes de resolver está questão ao nível regional volta e o proficio que a como soma se como producto de sua posição, diquando refere que a nossa intenção se dizer que mão há opoderes instituídos, escapazes de resolver está que stão so nível regional volta e o producto de sou posição, a como so producto de sou posição, a como so posição de presolver está que stão so nível regional volta e o producto de sou posição, a como so posição de presolver está que stão so nível regional volta e o producto de sou posição, a como so producto de sou posição de presolver está que stão posição por deterá se posição que so posição que so posição que so posição de posição que so posição que

O quel está aqui emicausa, Sri Presidente e Srs. Debutados, né uma questão definteresse nacionali ende compromissol nacional iperante a Comunidade Europeia Existemicalrectivas comunitárias le recomendações dos Conselhonda. Europa que Portugal temide respeitar, y bemocomo legislabção internacional, como é o casonda Conferência de Berna que foi ratificada enda qual resultaram compromissos/quei Portugal tem de assumir Queremos, pois, que isto seja posto a claro na Assembleia da-Répública; latravês da comissão competente

surSr DepùtadouMário Macielpiquanto às afirmações (que aqui fez, gòstària que itivesse oportunidadendenas repetir; precisamente, na comissão competente quando estiver ai decorrer a audição parlamentar.

-- Tambémigostaria de deixar (muito cláro que inão, fiz áqui quaisquén afirmações relativas a quem fezito: programa...Ol Sr Deputado, com certeza, terá razões e dados que justifiquem as suas afirmações! (Acontece que iquem fezita-reportagém, fê-la por alguma razão (e, "enquanto) isso não ficar clarificado e não conhecermos os factos, pao posso afirmar que alguém aliciou ou fezito que que que fosse paraza realizar. Reportadem essa que; como todos sabemos, teve um grande impacto na opinião pública iem Portugal a propos oficial por algum esta propulados, mais ruma vez apeloraos grupos parladem este projecto seja votado ainda hoje Assim, a comissão competente poderia dar andaménto, o mais rapidamente possível, ao processo

Contudo, não é isso que está aqui em causa, Sr Deputado O que pretendemos é que a Assembleia da República Portuguesa desenvolva outros esforços que clhe compez tem enquanto Parlamento nacional

O Sr Arthé Machine (Os Veides) -- Sr Presidente, inge opaquente per (OR9) deisam sirámente O age opaquente per contra en (OR9) deisam sorbana esta presente que mais associate a sevente au esta contrate.

The contrate of the sevente au esta contrate de l'entre pero contrate, a maria intente en projecte de l'entre
esta contrate.

General (GP9) daramana orono de contrate en projecte de l'entre
aquelos que, de elgume to tant letteración rosseles aquelos que se tem passede
audo o que se tem passede

ອມຸ© SraMário Maciél (PSD) ອະກຸ Sr. Presidente, speço então a palavra paravinterpelativa Mesa ເວດີ ເພດ ເສນ ພວກ ວາວເດ ອະດວດ ອະດວດດາດ ເພດ ເພດ ເພດ ເພດ ບໍ່ ເປັນ O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado ບໍ່ ເປັນ

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o períodot de lantes da rordem do dia (Cr. 1972) 177 horas e 45 minutos (That 1974) 1873 (1974) 1874 (1

O Sr **Presidente:** — Srs Deputados, o primeiro ponto da ordem de trabalhos refere-se ao assentimento para S T Ex a o Presidente da República se deslocar para o estrangeiro

Em primeiro lugar, está prevista uma deslocação a Espanha, à cidade de Zamora, nos dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro, a convite da Diputación de Zamora e do Instituto de Estudos Zamoranos Florian de Ocampo, para inaugurar uma estátua do Rei D. Afonso Henriques, no âmbito das Comemorações do 850 ° aniversário do Tratado de Zamora e, por esse motivo, requer S. Ex., nos termos dos artigos 132 °, n.º 1 e 166 °, alínea b) da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República

O Sr Secretário vai proceder à leitura do parecer e proposta de resolução da Comissão Permanente.

O Sr. Secretário (João Salgado) — Sr Presidente e

O Sr. Secretário (loão Salgado) — Sr Presidente e Srs. Deputados, é do seguinte teor. A Comissão Permanente da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S. Ex. o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de carácter oficial, a Espanha, entre os dias 9 e 10 do proximo mês de Outubro, apresenta a seguinte proposta de resolução

Nos termos do n.º 1 do artigo 132º da Constituição, a Assembleia da República da o assentimento à deslocação de carácter oficial de S Ex o Presidente da República a Espanha, entre os dias 9 e 10 do próximo mês de Outubro

A segunda mensagem de S Ex a o Presidente da República (é. do) seguinte (teor: está prevista a minha (deslocação à República da Coreia, em visita de (Estado, (a convite do Presidente Kim) Young Sam, entre os próximos dias 14 rei 18 (de) Outubro, um dos, quais será, aliás, consagrado a Portugal pela (EXRO) 93, em Seul (2003) (de) (100) (200)

29 de Outubro e 1 de Novembro, estando previsto o meu regresso a Lisboa no próximo dia 2 de Novembro.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura do parecer e proposta de resolução emitido pela Comissão Permanente.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr Presidente e Srs. Deputados, é do seguinte teor A Comissão Permanente da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S Ex." o Presidente da República, em que solicita o assentimento para se deslocar, em visita de carácter oficial, à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro; ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro; a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao Território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro, apresenta a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à deslocação de carácter oficial de S. Ex.º o Presidente da República à Coreia, entre os dias 14 e 18 de Outubro; ao Japão, entre os dias 18 e 27 de Outubro, a Hong-Kong, no dia 28 de Outubro e ao Território de Macau, entre os dias 29 de Outubro e 1 de Novembro.

O Sr **Presidente:** — Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs Deputados, vamos iniciar a discussão do projecto de deliberação n ° 80/VI — Convocação de reuniões extraordinárias do Plenário, antes do início da próxima sessão legislativa (PCP)

Neste projecto foi introduzida uma correcção pelo próprio Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português ao seu texto inicial, no sentido do Plenário reunir a partir do próximo dia 6 de Outubro.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso projecto de deliberação visa, como foi referido pelo Sr Presidente, que os trabalhos do Plenário da Assembleia da República se reiniciem já no próximo dia 6 de Outubro e não na data oficialmente prevista para o início da nova sessão legislativa.

Consideramos que há razões de fundo que justificam e sustentam esta antecipação dos trabalhos parlamentares, que não da sessão legislativa logicamente — a antecipação não é da sessão legislativa, mas dos trabalhos do Plenário da Assembleia da República

Desde logo, do nosso ponto de vista, existem razões que têm a ver com o processo eleitoral que se irá desenvolver, em Dezembro próximo futuro, na medida em que está previsto que o Plenário da Assembleia da República suspenda as suas actividades durante o período de campanha eleitoral.

Nesse sentido, é necessário prever o tempo suficiente para que o Orçamento do Estado para 1994 possa ser discutido regularmente na Assembleia, sem atropelos nem constrangimentos, que apenas podem dificultar e tornar menos clara a sua análise e discussão.

Por outro lado, justifica-se ainda porque é já claro e publicamente assumido pelo Governo de que teremos este ano, na Assembleia da República, um orçamento suplementar que não se circunscreve a meras transferências interministérios ou a algo parecido.

Trata-se de um orçamento suplementar — tudo leva a crer — que implicará, desde logo e como quadro de fundo,

a duplicação do défice orçamentalmente previsto em 1993, quer em relação nominal quer em relação ao produto interno bruto. É uma alteração de monta que convém ser analisada profunda e cuidadosamente pela Assembleia da República

Acresce ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o facto de ter dado entrada na Assembleia da República legislação que tem a ver com as próprias autarquias locais e, designadamente, com o seu processo eleitoral, Ora, importa vê-la aprovada atempadamente, de modo a que, durante o processo de eleições que se vai realizar, essas situações estejam já convenientemente alteradas e, pelo menos num caso concreto — que me parece ser o mais evidente e que é o caso das despesas permitidas nas campanhas eleitorais —, com o consenso da Câmara.

Nesta matéria creio que existe, pelos projectos de lei apresentados na Assembleia da República, um largo consenso no sentido de a adequar à realidade, embora possa haver diferenças de opinião — e há — sobre o montante a circunscrever para essas despesas eleitorais.

Mas deram ainda entrada outros projectos, como há pouco referi, designadamente projectos que têm a ver com as competências e a forma como os presidentes e membros das juntas de freguesia devem exercer o seu mandato, que interessa igualmente ver discutidos e votados

Estas são as razões substanciais que justificam a abertura antecipada dos trabalhos parlamentares

Gostaria apenas de referir como complemento e acerca do Orçamento, na medida em que o nosso projecto de deliberação propõe a antecipação dos trabalhos para o dia 6 de Outubro, que seria desejável que a Assembleia procurasse, junto do Governo, se este pudesse apresentá-lo até ao dia 1 de Outubro.

Sobre esta segunda parte, acrescentaria que é a própria Srª Secretária de Estado Adjunta do Ministro das Finanças que, em entrevista recente, afirmou que «a Assembleia não deverá discutir o Orçamento do Estado para 1994 sem ter a concreta ideia de como está o Orçamento do Estado para 1993», devendo, segundo ela, que esta garantia seja assegurada.

Para além disso, a Sr. Secretária de Estado Adjunta prevê que o Orçamento seja aprovado na sessão do Conselho de Ministros de amanhã, quinta-feira Por conseguinte, a tempo de poder ser apresentado na Assembleia da República até ao dia 1 de Outubro.

No entanto, e gostaria de frisar, o problema que aqui se põe não é o de mais ou menos um dia: é o de que dêem entrada na Assembleia da República atempadamente, quer o Orçamento suplementar quer o Orçamento do Estado para 1994, e que seja garantido a todos os Deputados da Assembleia da República o tempo necessário e suficiente para analisarem, avaliarem, ponderarem e discutirem estas duas propostas de lei, bem como para poderem apreciar outros projectos de lei que, neste momento, se tornam urgentes: É nesse sentido que aponta a proposta que apresentamos.

Uma última referência se impõe: a alteração da data que inicialmente tinhamos proposto para o começo dos trabalhos parlamentares e a que agora propomos Alterou-se a data de 29 de Setembro para 6 de Outubro, porque, na altura, admitíamos que o nosso projecto de deliberação fosse discutido e votado na Comissão Permanente que teve lugar há 15 dias atrás e, por isso, quisemos agora adequá-lo minimamente para que, no caso da sua aprovação, haja um tempo mínimo para preparar a abertura dos trabalhos parlamentares.

O Sr. José Manuel Maia (PCP): - Muito bem!

3286 EQUI SÉRIE

FOI Sri Presidente: — i Para umatunter vênção, ctembale palavrato Sri Deputado Joséi Magalhães intonue pala real replação nominador de menta que em relação nom a detração de menta que son ser se presidente; Pois Sr. José in Magalhães in (PS) como se presidente; Srs Deputados Expriminos atempadamente o nosso acordo quanto vácide a de que ron Parlamento deveriar prepararse para tenfrentar, em condições adequadas, accircunstância que nos i fois descrita, en que deve ser objectivamente reconhecida por todos informadamento a como son fois descrita, en que o son son descrita de que se o messandamento de paradamente de son condições de son condições de conhecida por todos informadamente de conhecida por todos moscones con constituido de conhecida por todos moscones con constituição de conhecida por todos messandamentes con constituição de conhecida por conhecid

Hádum período eleitoralitautárquico, mais, ainda quê vele não existisse, cremos — e isso foi adiantado em propostas apresentadas pela bancada do PS — que la própria Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado deveria passar la corporizar a necessidade de tuma decrata antecipação procedimental, por forma a permitir ao Parlamento uma consideração mais larga, mais ponderada prais folgada; de toda a vasta massa de dados que a treparação e o debate de um Orçamento, por definição, sempre timplicas de la contrata de contrata de la c

Neste caso concreto, com que estamos confrontados, na única interrogação não estámos bons argumentos a favor da antecipação da preparação deste debate, mas sim em saber quais são os argumentos que alguém pode invocar contra um calendário, como este que tem sido agoraradiantado, que tem como virtudes bastante evidentes as ideidar, por um lado, mais tempo para apreciação de um documento de natureza fundamentalidade en fa que incluir aquilitambém as Grandes Opções do Planora por outro, permitir as comissões parlamentares um trabalho mais sério e ponderado de contacto com os membros do Governo e de avaliação até da discussão do Orçamento do Estado do anolém curso, o qual, como se sabe, penvolve melindros os problemas. Há situações orçamentais de certos ministérios que exigiram uma avaliação muito cuidadosa.

Além disso, jestá também emi preparação, como sel sabe, um Orçamento/suplementar, que carece, também elé proprio, de uma discussão séria e ponderada e que de resto, deve ser aprovado antes do Orçamento para 1994, como do ordem natural das coisas andica e a alei mandará. 6 39 mos

Portanto, a concatenação destas duas cóisas e dessanterceira, que é a realização de eleições autárquicas a justifica, de perist, que as comissões parlamentares não tenhamilde esperar, baté um período oposterior a 115 de Outubro, para lançar mãos ao trabálho neste domínio e de 100 de 100 oddos

Acresce; Sr Presidente e Srs Deputados, que as comissões parlamentares devemitambém lançar mãos às tarefas legislativas que são pressuposto da realização normal/do acto eleitoral. Tambémulaqui mão ouvimos qualquer arguçamento da bancada do PSD que explicas en razoavelmente, porque é que as comissões parlamentares não hão de ipresparar já, calma exponderadamente, ra legislação que é rélevante para que lo quadro legal, necessáriolipara que ras eleições autárquicas ises realizem, rique perfeito, i fixado e cristalinamente definido comáis depressa possível!

"Os dois diplomas que i notcaso concreto, o Grupo Parlalmentar do PCP adiantou, massque tinham aparecido no disperirso que produzimos aqui chai última reunião dat Comissão Permanente, são, ride certa maneira, des enquadramento da actividade autárquica e um deles até de enquadramento das despesas eleitorais, que ré uma questão fundamental para os partidos políticos poderem calcular jexactamente sem que malhas é que hão de itecer as suas campanhas; umai legislação idessas résquases inimaignavel, devordizero até que sé um pouco absurdo que e as i pessoas que analisam a nossa realidade política estranham que riva que riva estejam já aprovados que so discondina de política estranham que riva que riva de setejam já aprovados que se discondina de política estranham que riva que riva estejam já aprovados que se discondinado de política estranham que riva que riva de setejam já aprovados que se discondinado de setejam já aprovados que se discondinado de política estranham que riva de se discondinado de se discondi

Estamos a poucos dias do arranque do processo e não se sabe, de lege; qual é lo montante anque cada, um está

vinculado?iOucmelhor?co.montante/a que cadaium iestá! vinculado écodoonstante da lei em vigor, que é absurdo e in cumprível e portanto, so que acontece cé sique sos candidatos serão o brigados a larrancar com uma icampanha sob jum quadro legal que, manifestamente, não pode ser respeitado, que toda rangente reconhece que és madequado re que lo PSD reconhece Ser é desactualizado e unepto, não dando, no éntanto; umapasso paralacelarar alsua alteração, sa não sen em palavras; que é unicestado de espírito, juma psicologia : ! ? "si Bastariași esta manhã, termos sintonizado as estações de rádio ipara termos ouvido a notícia de que al Assembleia da Repúblicauvaislaltéranta legislação nsobre la atransparência, sobre os icargos) políticos rel sobre, o ifinanciamento, dos ipar? tidos políticos notícia agradávela notícia positiva, notícia que importavazque) tivesse fumaşbasec regimental; concreta! Mas, olhando-se) para ja obancada 6 do PSD, jo que se venfica é que essanbase eregimentaliconcreta parece? faltari e, i quando, aparecemainiciativas, tendentes ai dari essa base concreta, o PSD adopta uma postura de ísilêncio ou mesmo de denegação Outphre Law Terrigorio de Macau, entre os dias 29 de O Sr Octávio Teixeira (PCP) ;— É joutra cartilha!

Mas a verdade, Srs Deputados, é que estamos a "perder tempo assornos anu establicadas not otros estamos acupatorias not otros estamos de la composição de la

de tempo é perigosa em termos democráticos É em relácica a isso, Sr Presidente — se me permite —, que gostaria de dédicar uma observação brêvissima e finalizational de dédicar uma observação brêvissima e finalizational de dedicar uma observação brêvissima e finalizational de dedicar uma observação brêvissima e finalizational de dedicar uma observação brêvissima e finalizational de civil, sei discute entusiasticamente uma iniciativa como de de que surge consubstanciada no chamado projecto Porter, a Assembleia da República esteja fechada de calaba e ensimes mada discutindo coisa nenhuma um de consultar de ensimes mada discutindo coisa nenhuma de de consultar ob o cara calaba e consultar de consultar de

ட்டு'Sr? Guillierme d'Oliveira Martins' (PS) — Muito bem! -லி. ab ona அம் ob அளிக்கர் கை காட் எங்கு கொட்க உடற்ற

O Orador: — É pelo menos aberrante qué los Orçamentos do PEstado e as Grandes Opções do Plano este ame a ser preparados cômo se nada disto; que tem importância/estratégica; estivesse a ocorrer e como se o que se passa no «primeiro» andain da inossa económia e do nosso planeamento não tivesse nadasa venacom obquesiser passaano «rés-do-chão», no «gavetão» couno «quintal» in conservor à objeto e est obEstailtécnicaide; àctuação, rde jum lado jos imecanismos institucionais; pesados, calados; improdutivos; invisíveis, comi «nãos»/rcujas trazões i nãot se i percebem, a comi tentativas de oposições no sentido de fazer avançar iniciativas que barram ou que ideparam (com bloque los da própria maiória parlamentar; este clima ideobloquejo, idei marcari passo, ide perdailde atempo; is dos (contribuintes) não averem sem sque (é queno «seundinheiro» estavas ser aplicado, utilmente, no pagamento das pessoas que estão a discutir isto, que parece demasiadosúm/match-nulo, suma pluta com resultados nulos, enquanto istonse passa tempergosog parabandemocracian, do outro

lado, há discussões sobre os clusters da economia portuguesa, as metas, o papel das empresas, os sectores a privilegiar e os sectores a não privilegiar, os sectores que devem merecer financiamento, os sectores que devem ser contemplados com medidas específicas de apoio. Isto parece passar-se noutro mundo e, então, há dois «Portugais», há dois mundos: o mundo das instituições, cavernoso, silencioso, pantanoso, onde o PSD impõe uma mastigação lenta e infecunda de temáticas condenadas ao zero - vejam-se os resultados indiciados pela posição do PSD, que se resume a três palavras primeiro, não; segundo, não; e terceiro, não --- e o outro mundo onde estas questões são discutidas e onde os agentes económicos procuram tomar pé e arrancar para posições de partida, porque sabem que o Mercado Único está aí e há desafios a responder, há questões concretas, há pagamentos a fazer, há trabalhadores a quem é preciso pagar salários, há empresas que é preciso reerguer, há uma banca que é preciso satisfazer quanto aos seus juros e outros encargos e, portanto, a vida continua.

Este divórcio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é extremamente perigoso. Está nas vossas mãos, maioria parlamentar, neste caso — por enquanto! — decidirem aceitar que a Assembleia da República ponha cobro a esse divórcio, discutindo uma agenda séria que tem as ver com o País, como, por exemplo, a educação, como o Grupo Parlamentar do PS agora propõe e o Sr Deputado Guilherme d'Oliveira Martins teve ocasião de demonstrar, que exigiria de imediato uma discussão séria de tudo o que está a ser discutido fora, porque, cada vez que os Srs Deputados se recusam a discutir aqui dentro estas matérias, estão a criar o risco de elas serem discutidas não só lá fora, mas, provavelmente, de formas que não nos sensibilizarão a todos, como seria mais desejável.

Ou seja, estão a abrir caminho à pressão extra-sistémica, estão a abrir caminho a cenas como aquelas que aconteceram na Reitoria da Universidade de Lisboa e que o vosso Governo, tão preocupado com a segurança, com a dignidade, com a autoridade e com a força do Estado, calou, aceitou e engoliu, assumindo uma posição indigna, em termos de postura de Estado.

A culpa de tudo isso é exclusivamente vossa, porque deveriam estar aqui hoje a aceitar a discussão dos problemas da educação, não apenas a questão das propinas, mas também a questão do sistema, que está à deriva, com um Ministro que parece andar com um caixote distribuindo benesses, fazendo promessas, acalmando e afagando sectores, procurando apagar fogos, sem que se perceba se, naquela cabeça, há uma ideia vaga sobre qual é a estratégia para uma educação portuguesa virada para o futuro. Presume-se que ali chocalham coisas muitas, mas não um plano para que haja uma estratégia para a educação!

O embaraço do Sr. Deputado Pedro Roseta, que não disse uma palavra sobre isto — e falou na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, qualidade em que não era aqui chamado, de resto —, revela precisamente que o PSD, neste momento, aqui no Parlamento, não tem uma linha de defesa do Ministro Couto dos Santos e está embaraçado Mas, porque o PSD tem esse embaraço, todos nós estamos proibidos de discutir educação! Achamos que é uma aberração completa.

A última palavra, Sr Presidente, é para a toninha. A audição parlamentar, Sr. Presidente, é um instituto digno e importante e serve precisamente para tirar teimas, pois aparentemente o Sr Deputado Mário Maciel tem uma teima a tirar.

O Sr. Deputado Mário Maciel acha que a RTP-1 e o programa Repórteres fez uma espécie de conspiração anti-

Região Autónoma dos Açores para, através de *undercover* agents — jornalistas disfarçados de casal amante e amoroso —, enganar e ludibriar honestos pescadores da Região.

É uma ideia conspirativista, é uma ideia cabalística e é também a velha mania de transformar a discussão de coisas simples numa espécie de discussão sobre tira-teimas em matéria de brio regional/nacional.

O Sr. Mário Maciel (PSD) -- Foram eles que o disseram!

O Orador: — Sr Deputado, se a toninha estivesse a ser assassinada aqui ao pé, em Cascais, ainda aí seria um problema, mas, por razões geográficas, não está a ser assassinada em Cascais, é nos Açores que isso acontece Portanto, não há nenhum afago à autonomia, não há violência de carácter algum em relação à Região Autónoma dos Açores, quando alguém coloque em qualquer sítio do território nacional ou na Europa, na outra Europa, no Parlamento Europeu...

Quando um Deputado do Parlamento Europeu rasga as vestes e diz «eu quero saber o que é que está a acontecer à toninha na Região Autónoma dos Açores» está a exercer o seu direito.

O Sr. Mário Maciel (PSD): - Não está acontecer nada!

O Orador: — E o Sr Deputado diz «não está a acontecer nada». Mas, depois, há um grupo de jornalistas que diz «está a acontecer muito, está a ser cortada aos bocadinhos e comida»

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Concluo Já, Sr. Presidente

Portanto, a única maneira de tirar teimas nesta matéria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é discutindo, porque, de contrário, as coisas são discutidas na televisão. Não tenho nada contra isso, acho até normal, é um mecanismo da democracia moderna e electrónica, mas que o Parlamento, simultaneamente, seja calado, desvitalizado na era da democracia electrónica só acontecerá por responsabilidade exclusiva da bancada do PSD, pois, pela nossa parte, votaremos a favor de todas as iniciativas que vitalizem o Parlamento e contra as que o tentem silenciar e matar.

Aplausos do PS

O Sr **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputados Rui Carp

O Sr Rui Carp (PSD): — Sr Presidente, Srs Deputados: Vou referir-me apenas ao primeiro ponto da ordem do dia, que é o projecto de deliberação apresentado pelo Partido Comunista.

O Sr. José Magalhães (PS). — Mas também consta um apresentado pelo PS!

O Orador: — Vou referir-me concretamente a este porque é o que, digamos assim, tena mais matéria inovadora

Este projecto de deliberação, independentemente do seu objecto, está ferido de ilegalidade, pelo menos, mas, porventura, até de inconstitucionalidade. Mas a ilegalidade é clara!

É, aliás, curioso que o Partido Comunista, que gosta sempre tanto de invocar inconstitucionalidades, ilegalidades e incumprimentos vários da Constituição, apresente

3288 Equi série--número.iioi

-9LO.Sp. Guilherme d'Oliveira Martins (PS) : Muto bem! sa, as metas, o papel das empresas, os sectores a privilegiar -21010rador:12-20(Governo, duranterojano apresenta) quandocenserassim orentender, propostasi devilen que ralteramico dos com medidas específicas de apoio. Isto parerotnemação noutro mundo e, então, há dois «Portugais», há dois mun--atOcSraGuilhermecd'Oliveira Martins (PS) h==nSempre noso, onde o PSD impoc uma mastigação tentosansomossib de temáticas condenadas ao zero - vejam-se os resultados -alO, Orador: == Não nos compete fazer calendários enessa matéria.:Enquanto) não i houve raquimenhuma i proposta nesse sentido;onão podemos agendar seja o questo robno obnum zexMaskregisto,umais rumaiyyez, (a) contradição dos (Deputados do PCP rendo cPS ¿quando laceitam esta enossa terminología; ob desafios a responder, hi questões concretas, há pagamentos a hd O (Sr) José Magalhães (PS) 1577 Não té vossa. Éinossalsì emprisar que e naceso regenter há uma banca que é preciso a ,@1Orador:c==3VV. Ex. tiveram de render-sej ài evidência apresentada pelo PSD e pelo Governo Limituo abiv anQuanto₂aos) outros aspectos: da ≀intervenção, io · Sr · Deputado v José Magalhães Sutilizou v expressões rampensáveis una suauboca; stais recomo «o -projecto (Rorter» como sendo um projecto relaramente; apontado para ral economia; de emercadordentrordormodelo americano, (com as suas desvantagens, vantagens re'refiticas; i «sociedade civil»; uclusters! cexpressão inglesa?queopoderíamos/perfeitamente traduzira por inichos de lempresas: Enfim; creio) que messa matéria ,05Sr. DeputadorJoséb Magalhães fon locubrandon dentro, do seu grupo, parlamentar, colquegrem meuventender, vacabou, pon eser jum misto entreium exercício ide ipsicanálise ido seu igrupo: e iuma antecipação ide rum programa; os Flash iback, ipelo que esob te, de formas que não nos smeraicamorque novocamos de formas que não nos smeraismos de formas que não nos sementes de formas que nos sementes de formas que não nos sementes de formas que nos sementes de formas de formas que no formas de forma mais desejável

Ou seja, estao a abur !medvotiuMressiCPStobsescoVca. estão a abije caminho a cenas como aquela; que aconteceoz.O/Sr. José: Magalhães :(PS) - Mas la rAssembleianda Coverno, tão preocup ideles-raionungrapheorial proposition de la República de dade, com a autoridade e com a torça do Estado, calou, -100 (Sr , Presidente: -- Para) pedimesclarecimentos, itemca palavra o Sr Deputado Octávio Teixeirali muteog al com A ulpa- de judo isso e avelusivamente vossa, parque elOnSracOctávioaTeixeiran (RCP): += nSra Presidentely SraDeputadocRuí Carpagostaria de começar pela sua para também a questão do sistema, que está à deriva, cilanifest obDerfacto; utilizer) anexpressãoi. «Orçamento suplementar» e_digo-lhesporquêo Érquesleverianos ia itentari demonstrar ==! a su enquanto. Secretário de Estado: e. aos (Ministros (das Finanças. — que jem termos constitucionais; l só hás alterações orçamentais; anão Lexistindo; pois; a orçamentos a rectificativos our suplementaresur Depoisude: todos restes anosoconseguiram implantar erimplementar := tenho de o reconhecer essa expressão (fóra) e dentro idesta (Assemble 1a; spelo; que) redisse uma palayra se amabiasea aoqlaalharlaadisiamilos disse uma palayra se ambiasea aoqlaalharlaadis and a se uma palayra se ambiasea aoqlaaharlaadis and a se uma palayra se ambiasea aoqlaaharlaadis and a se uma palayra se ambiasea aoqlaaharlaadis and a se uma palayra se uma sidinte da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, qua-Lidade em que na se Rendeusse lan que em diade em que no ababil precisimente que o PSD, neste moniento, aqui no Parla-2010) Orador: -- Não é uma dama que cause grandes pro-Santos e !sla roq leismassipor ela! o como -LoMas atiquestão substancial etempa evericombo i nossoaprojecto de deliberação. @ Sr.: Deputado Rui Carpriembora não co/tenha expressado e claramente, tentou un diciarilà existência de ilegalidadesi eşile ventualmente, î de inconstitucio, tante :osparadilab espectoride deliberação oscon obs2p2.

Sr. Deputado, i quero i dizer-lhe i quel não lé necessário i ser jurista- é muito imenos jurista especialista cem que stões constitucionais i parax perceber co que i aquit está: t «diligenciar gun-

Enopädis/osémestaleles signos, osparedilebése/cotaejorgamu agents — jornalistas distarçados de casaospiutitano Daisart so —, enganar e ludibriar honestos pescadores da Região Sebñochia—c(2R) xanipam/variavilOs emradiuD. 12 O: 6 também a velha n°obaloiv tosquitano Daboguña, och laup simples numa espécie de discussão sobre tu retimas em

2) Estava, a aguardar compmutodinteresse alisua intervenção, porque V. Ex με μπ, juristar μιπικοπεμιμοιοπαίεται Νίαο fiquei decepcionado, mas é evidente que com jissor estaríamos a forçar, através de um mero projecto de deliberação, aquilo que está expressor na lei de enquadramentolorgamental, Ique, é μma extensão das normas contitucionais em matéria orçamental, e daí ntest dito a que usso parecia-me claramente inconstitucional

gu Pon, outro, lado, há, aqui im des respecto pelos órgãos que criámos, designadamente, pelo, Conselho Económico, e., Social e pelo Conselho Permanente de Concertação, Social. É que, nos termos da lei, o Conselho Económico e Social temi, de, pronunciar-se, nol-prazo, dezduas, semanas risobre, as Grandes Opções do Plano, isto é, o Governo tem de apresentar até ao dia, il de Outubro as Grandes Opções, do, Plano esta do dia, il de Outubro as Grandes Opções, do, Plano e, o. Conselho, Económico, e Social, tem de, pronunciar, se late esta finos, de controlo de conselho, Económico, pelo de conselho, Económico, especial, pelo que, há aqui claramente, do, Conselho, Económico, parceiros, socials, monulares and des respecto, pelos, parceiros, socials, con on des respecto, des que da de calado, des respectos, par ecinos, socials, anula con des respectos, par ecinos, socials, anula calado, des respectos, des que da de calado, des respectos, par ecinos, socials, anula calado, des respectos, socials, par en da de calado, de calado de calado, de calado, de calado, de calado, de calado, de

nnultareamente, sela calado dessitalizado na era da demociale electronica so medicinal pri (CS) obcaso de contrata electronica so medicinal pri (CS) pressa parte vota stanta da parte da patrio persona esta parte vota proposita de contrata de co

a Asi'north shabibicorrus mos ,mèdmat otsegs Respressoros expressoros expresso

O Sr José Magalhães (PS) - E não foi por acaso[†] O Sr Rui Carp (PSD) — Sr Presidente, Sr. Esputados 🐠 O Orador: 🕂 Hánuns anos trouxe para aqui esta defini? ção tride não ébjurídica mas primire conómica Havia Orçamento rectificativo quando o défice não era agravadou(por?) ventura até diminuído) e Orçamento suplementar quando ondéfice reranagravado NO-Sr. (Primeiro Ministrò disse relaramente (e referiu-o, inclusivamente, quando fezios discurso sobre o estado da Nação) que a política de estabilização automática, 'parara) qualco Orçamento do Estadolé úm (instrumento: fundamental; ompõe eraconselha; que , haja agrava; mento) dondéfice aquando ras os ituações beconómicas, o naconselhem "Éro casos presente la Siga Deputado: em termos económicos sécumo Orçamentos suplementaro uma livez que; como os ¡Srs::Deputados csaberii, juridicamente não ihá orçamentosesuplementares: oHát.umoOrçamento (e) porminiciativa dos, Srs Deputados, e do Governo, alterações não, mesmo 5

to de». Basta saber ler, Sr. Deputado! Não é impôr nada ao Governo, mas, sim, diligenciar no sentido de.

Repito, não há aqui uma imposição! Ou o Sr Deputado Rui Carp põe a mão na consciência e altera a intenção de voto que tinha há uns minutos atrás ou, então, tem de explicar-nos por que é que considera inoportuno que o Plenário da Assembleia da República trabalhe e discuta sobre os problemas do País...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães, que, para o efeito, dispõe de um minuto cedido pelo Os Verdes.

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr José Magalhães (PS) — Sr Presidente, Sr. Deputado Rui Carp, creio que o seu embaraço foi tão grande que se projectou nos seus argumentos, pois estes encolheram Repare: o argumento da ilegalidade, em relação a medidas deste tipo, é francamente disparatado, não tem sentido, porque sempre está subjacente que se trata de diligenciar, de oficiar, de gerar consensos. Havendo um consenso entre bancadas e o Governo, no sentido de acelerar um processo deste tipo, isso permite, sem violação de nenhuma lei da Constituição, antecipar o que pode ser antecipado, com vantagem para o País, para o Parlamento e até para o Governo, que teria mais tempo para ver expendidas as suas posições Este é um primeiro aspecto!

Portanto, o Conselho Económico e Social poderia ser consultado, deveria ser consultado, etc.

Mas a segundo aspecto é mais dramático Repare na maneira como o Sr. Deputado, que, por acréscimo, é economista e dirigente da sua bancada, desvalorizou a questão do relatório Porter Não tenho sequer a versão integral desse relatório e não faço parte desse círculo que a ele teve acesso, mas esse é, de facto, um problema Quando vejo ministros de Portugal a proporem coisas alternativas a esse relatório, dando-lhes um estatuto que nenhum documento tem em Portugal, então, ele passa a interessar--me enquanto Deputado da República Se esse documento leva ministros a proporem coisas alternativas, mas alternativas em relação a quê? Aos clusters, aos ninhos, aos nichos, aos favos do Sr Potter, então, isso interessa-me, porque quero saber se isso é madeira, se é têxtil ou calçado ou se é chips, silicone para o nosso Sillicon Valley. Isso interessa-nos a todos! Como é que o Parlamento português pode não discutir isto e estar aqui a ouvir V Ex.4, o que é, sem ofensa, uma perda total de tempo?

Vozes do PS: - Muito bem!

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carp.

O Sr Rui Carp (PSD). — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, V. Ex.^a tem todo o direito de saber para que serve ou não o silicone Isso é um problema seu!

Agora, o que nos interessa é que o Governo utiliza os documentos, os estudos internos que quiser. Em relação a esse tal relatório da equipa do Sr Porter, talvez tenha sido um privilegiado porque, por outras portas, tive acesso a esse documento Mas, Sr. Deputado, todos os seus aspectos fundamentais apareceram na imprensa, aliás muito melhor tratados do que no próprio relatório. Confesso que os jornalistas portugueses fizeram um excelente trabalho nes-

sa matéria. Quando aparecerem aqui as Grandes Opções do Plano será a altura de confrontar o relatório Porter e outros com as propostas do Governo, mas dentro dos prazos legais e constitucionais.

Este projecto de deliberação tem, de facto, uma ilegalidade — e com isto respondo também ao Sr. Deputado José Magalhães, que é o proponente do projecto. Li todo o projecto de deliberação e não apenas o seu n.º 2

O Sr. José Magalhães (PS): — Também nós!

O Orador: — Li o preâmbulo, onde se diz «Que o Governo se disponha a apresentar à Assembleia da República, antes do prazo limite de 15 de Outubro, o Orçamento do Estado para 1994...». Conjugando isto com o n.º 2 do próprio projecto de deliberação, onde aparece a tal expressão «diligenciar», chegamos à conclusão de que há aqui uma pressão política clara e indiscutível

O Sr José Magalhães (PS): — Um convite!

O Orador: — Não é nenhum convite, Sr. Deputado José Magalhães, mas, sım, uma pressão política da Assembleia da República.

A ser aprovado, este projecto de deliberação colocaria claramente em crise o processo de concertação social e a audição que os parceiros sociais têm de realizar no âmbito do Conselho Económico e Social Ora, isto não está correcto!

Aliás, o Sr. Deputado — e pode até considerar que se trata de uma apreciação subjectiva da minha parte — apresentou este problema com um certo desprezo ao dizer: «eles depois até têm tempo para ver isso tudo», como quem diz não interessa absolutamente nada para nós o que dizem os parceiros sociais no Conselho Económico e Social, pois o que queremos é aqui o «papelinho» para poder dizer mal

Não é nada disso, Sr. Deputado! Nós aprovámos a Constituição, a lei de enquadramento orçamental e a lei de bases do planeamento, pelo que temos de cumprir a lei. Se os senhores acham que essas leis são más, apresentem propostas de alteração. Agora não podemos é aprovar leis para os senhores, *a forciore*, através de projectos de deliberação, procurarem alterá-las. No fundo, os senhores estão a pôr em crise toda a arquitectura legal e constitucional

Portanto, repito, devemos discutir esta matéria nos prazos legais, respeitando a autonomia dos órgãos de soberania, tendo o Governo todo o direito de cumprir os prazos e nós o direito e o dever de também os cumprir, exercendo as nossas funções de Deputados, tal como a lei de enquadramento orçamental e a Constituição estipula Se assim não o fizessemos amanhã o Governo também poderia escudar-se, dizendo que por outras razões não cumpria a lei, uma vez que os Srs Deputados também não a cumpriram quando apresentaram este projecto de deliberação.

Portanto, Srs Deputados, com todo o respeito pelas vossas propostas, pensamos que, num Estado de direito, a lei deve estar em primeiro lugar.

- O Governo tem direito de o fazer, tendo nós a garantia de que ele está a fazer o possível para apresentar as propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano o mais cedo possível a esta Câmara.
- O Sr **Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.
- O Sr André Martins (Os Verdes) Sr. Presidente, Srs Deputados A nossa posição é a de considerar que é

ECCI SÉRÎE MÛMÊRO 10Î

de toda a importancia que, havendo questo es delinteresse sobre as quais a Assemble a da República tem de pronunci ar-se com a maior brevidade que for possível; este projecto de deliberação seja aprovado A antecipação dos trabalhos parlamentares (possibilitaria à l'Assembleia da República, designadamente às diversas comissões parlamentares, apreciar atempada el ponderadamente las propostas de lei das Grandes Op ções do Plano e do Orçamento do Estado para 1994 e também o Orçamento suplementar para 1993

Pelas razões rque ijá foram aqui aduzidas, vamos votar favoravelmente este projecto de deliberação

-o Querra (ainda) referir que l'esta rinossa disponibilidade e (èmpenho .ems'que .este projectos desideliberação (seja) votado se aprovadoré hoje acrescida pelosifactor de rouse Ministro, das Finançasiter dito, que iconsiderarque há um (buracoj de imais de 320 milhões de contosino Orçamento do Estado para 1993 na iui Estal é, LSr - Presidente, e Srs: Deputados, juma razão acrescida para que o Governo; (contrariamente) àquilo, que aqui afirmou o Sr Deputado do PSD, apresente o mais rapidamente possívelyonOrçamento (suplementars para que (a (Assembleia da República e as comissões possam debruçar-se sobrecessa questão, que, penson preocupa os Deputados e Mapalhiers, in 15, vian, uma pressão laragemaa eagaugutroq (20

-nlO₁Sr Presidente: Srs Deputados como não há mais inscrições, dou por encerrado o debate do projecto de deliberação n°, 80/VI Nolifimida discussão do próximo, projecto de deliberação procederemos à sua votação procederemos à sua votação

al. ii ii. aup rarchizaria die aboa o -- obsterad se c. AdA of OSr. Octávio Teixeira (PCP). T. Sr. Presidente, peco a palayra para interpelar a Mesaly o cros mu me sameld rq

ser intimo ou in in ou on in in ord in oreal ord in ord i interpelação muito breve juma, vez que y Ex a resolveu que se farão as votações no fim, pelo que penso que a questão deve ser dilucidada desde ja Como o Sr Deputado André Martins ha pouco, quando fez a sua intervenção e anunciou a apresentação de um projecto de deliberação, solicitou aos grupos parlamentares o consenso para que pudesse ser apreciado e votado, ainda na sessão de hoje, o projecto de deliberação no 82/VI. quero informar o Sr Presidente que, pela nossa parte, havera consenso para essa discussão e votação o no projecto de deliberação no servicio de deliberação de deliberação no servicio de deliberação no servicio de delibe

O'Sr Presidente: ob Sr Deputado, la exactamente informar a Camara de que não ha consenso geral De modo que o projecto de deliberação do Sr Deputado André Maria de Camara de deliberação do Sr Deputado André Martins sera, tal como requereu, alias ja esta informado disso, apresentado na Conferencia dos Representantes dos Grupos Parlamentares filo dia 7 de Outubro, as 18thoras n. Le engine de la conferencia dos como con contra de la conferencia dos como contra de la conferencia del conferencia de la conferencia de la conferencia del conferencia de la conferencia de la conferencia de la confere

m Ö TSr João Amaral (PCP) Stur Sr Presidente, Pquem for que se opôs? Fôilo CDS Olos este per monte de la son-

10 S? Presidente: Não pergunter anda, não tive essa curiosidade Mas em todo o caso posso perguntar agora lo all For PSD: Sh Deputadoo se ดาวาย กำราชาการาชาวิ C

-U Antes de passarmos à discussão do próximo pontó vou-me permittir fazer um apello à Câmara Hôje; muitas pessoas pelas funções que exercem nesta Câmara têm uma função! de representação que tem horas marcadas Enfim, sem prejuízo do direito à intervenção, faço um apelo para que fossem o mais curto e eloquente possível nos vossos arrazoados 18 o grav

Está em discussão o projecto de deliberação n ° 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com lo sistema educativo, da iniciativa do PSA cobarago cos

Ca Para uma intervenção litem a palavrado Stubeputado Gulherme d'Oiverno, mus, sim, daligenciesmitaMnariavilO'b amrahling Rep.to, não há aqui uma imposição! Ca o Sr Deputado 9b O Sr Guilherme d'Oliveira Martins (PS) 300 Sr Presid dentê bê î para î cofresponde î a a î apelor de Vî Exista O î meu co léga José Magalhaes na sua intervenção no ponto anterior já falou neste temál eu proprio também o aborde no perío do de antes da ordem do dia, pelo que L'Sr Presidente luma vez que a proposta vale por si reservar-me-ei apenas para pedir esclarecimentos no caso de outras intervenções o suscitarem

O Sr Presidente: -- Para pedir coclarecimentos, tem a TOO Sr José Magalhaes (PS) And Muto bem IN o are blan to dispôcice um ininuio cedido pelo Os Verdes

O Sr Presidente: — Para intervenção i tem a pala-Task Magantiaca (PS) -- Sr Presidente, Sr Depu O'Sr'António Lobo Xávier (EDS-PP) - CTSr Přesideřitele Srs Deputados, quero apenas manifestar a minha ade! são ao projecto de deliberação apresentado pelo Sr Deputado Guilherme d'Oliveira Martins 2000 Resil om sentido porque semple está subjacente que se trata de mO'Sr'Presidente: Para' uma' intervenção tem a pala! vraco เรา Deputado Pedro Roseta abanta อาการ อาการาการ letar una processo doste tipo, isso permite, señ violação de TO O'Sh' Pédiro Roséta (PSD) (PSr Présidente, l'Srs Deputar dos Tentarei corresponder ad apelo de V Ex , até porque também sou interessado, mas não posso de xar de suscitar uma questão prévial falando agora hão como presidente da Comisti são de Educação, Ciência é Cultura, mas sim como representante e Deputado do Grupo Parlamentar do PSD Oblituanos ⁴⁵Há^rpouco, o' Sra Presidente deu-me a palavrá porque assim o entendeu, pelo que não véjo qual à pertinência da crítica do Sr Deputado José Magalhães Penso que no uso dos seus poderes, o Présidente da Assembleia da Repúbli-l ca, spode dar, snos termos do Regimento, la palavra aos pres sidentes das comissões! Usei da palavra apenase para recordar as razões porqué a comissão não reuniu e julgo que for no estrito respeito do Regimento e das normas aprovadas por este Plenário Parece-me que não haveria, e alias nem tinha tempo para falan na material de fundo upno sin -il Queria deixar claro dué réfite fido octobre de putado adol PSD, 'que'o trabalho' parlamentar, 'como acontece em todos' ós párlamentos do mundo, não se esgota em reuniões intrā-murosəli Porəclerio que o "Sra Deputado Guilherme" d'Oliveira Martins não quer que a Comissão de Educação Ciência de Cultura, la porque tém caracter permanente, les téja pérmanéntementé reunida 10 que séria impensavel é o que não acontece em nenhúní parlamento do mundo no

Diz o Sr Deputado que o trabalho parlamentar é permanente Sem dúvida, mas realiza se durante todo so año. só que em actividades múltiplas e muitas vezes fora desta Casa Se assim não fosse, não teriam sentido as disposições constitucinais, legais e regimentais que impõem prazos, não apenas na Assembleia da República mas em todos os outros parlamentos Daí que confundir trabalho parlamentar com třabalho dell'Comissao mare pareçal ser redutorible com trabalno cur s serve ou กลัก o sali soconia o serve cur

" O Orador: - Este projecto de deliberação contém cónsidérandos que são afirmações, eu diria generalidades, com as 'quais 'todos' podemos 'estar 'de acordo 21 to a conta 23' Os considerandos não nos suscitam nenhuma duvida No entanto; o PSD entende que la parte dispositiva deve ser

totalmente reformulada e submetida à Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr José Magalhães (PS) — Então vamos a isso!

O **Orador:** — Manifestamos desde já, e quero que fique claro, para que o Sr Deputado José Magalhães não venha dizer que é não e não Não é!

O Sr. José Magalhães (PS) — Quais são 19

O Orador: — Entendemos que na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, aliás, já convocada para o próximo dia 7 de Outubro, este projecto, sendo muito incompleto e sendo de discussão muito difícil, pode ser reformulado.

Assim, proporemos na Comissão uma reformulação deste projecto de deliberação pelas razões que vou invocar.

O Sr José Magalhães (PS). — Em que sentido?

O Orador: — O projecto é muito incompleto, deixa de fora eventuais debates em áreas tão importantes, também para a reforma do sistema educativo, como o ensino especial, o ensino particular e cooperativo, entre muitas outras Cito estas duas apenas a título de exemplo.

Por outro lado, haverá que clarificar, em sede de comissão, o que se entende por realização de um levantamento de situação em tão vastas áreas e como será feito: com que apoios, com que meios técnicos, com que prazos. Depois, deve referir-se, obviamente, na parte dispositiva, que esse levantamento tem de ser feito em cooperação com o Governo, para evitar duplicação de esforços e de meios. Certamente todos estarão de acordo com isso

Portanto, como veêm, toda a parte dispositiva tem de ser totalmente reformulada, mas mantemos a nossa abertura.

Chamo ainda a atenção para o facto de que, nos termos da alínea g), do n° 1, do artigo 37° do Regimento, «Compete às comissões especializadas permanentes. (..) Propor ao Presidente da Assembleia da República a realização de um debate no Plenário, sobre matéria da sua competência, para que a Conferência julgue da sua oportunidade e interesse, e designar relator se a proposta for aprovada;». Sendo assim entendemos que é mais curial— e uma vez que dentro de breves dias teremos uma reunião desta Comissão— para cumprir este artigo do Regimento que este projecto de deliberação seja apresentado à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para ser reformulado, corrigido e completado, sendo depois proposto ao Sr Presidente da Assembleia da República para subir a Plenário

Votaremos contra por estas razões, mas deixando clara a nossa abertura a estes debates. Penso que isso não pode ser escamoteado Agora, como diziam os antigos «esd modus in rebus», a forma tem importância e pensamos que na nossa perspectiva este projecto de deliberação tem que seguir outra tramitação e pode ser muito melhorado e muito completado

O Sr **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavia o Sr Deputado Guilherme d'Oliveira Martins

O Sr Guilherme d'Oliveira Martins (PS) — Sr. Deputado Pedro Roseta, naturalmente que o óptimo é sempre inimigo do bom. Quando aqui nos vem dizer, em nome do PSD, que as matérias que nós propomos ficam aquém daquelas que deveriam ser referidas, é evidente que é um modo inteligente de fugir ao essencial E foge ao essencial, porque

quando aqui referimos «aplicação da reforma do sistema educativo», conhecendo nós a Lei de Bases do Sistema Educativo, naturalmente que qualquer dos aspectos que referiu está aqui incluído

Mas o problema fundamental, e o Sr Deputado Pedro Roseta referiu muito bem o arugo do Regimento que tinhamos em conta, está justamente em criar condições para que o Plenário — com elementos concretos e de acordo com que estipula o Regimento — possa discutir a questão educativa

Nesse sentido, lamentamos que o PSD, por razões mais formais do que substantivas, não aprove o nosso projecto de deliberação. Naturalmente que registamos com agrado a disponibilidade. Estaremos muito empenhados, Sr. Deputado, em não só reformular — porque na prática não é o reformular que está em causa —, mas em preparar esse grande e importante debate no Plenário da Assembleia da República.

E injustamente o meu pedido de esclarecimento tem a ver com essa mesma questão Sr. Deputado Pedro Roseta, pensa que de uma forma célere podemos preparar esse debate?

O Sr. **Presidente:** — Para responder, se assım o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta

O Sr. Pedro Roseta (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados Congratulo-me por o Sr Deputadó Guilherme d'Oliveira Martins ter aceite, pelo menos em parte, como boa a minha argumentação, que, obviamente, não é apenas de ordem formal ...

O Sr José Magalhães (PS): — Pena que vá votar contra!

O Orador: — Há que completar, além de reformular, este projecto de deliberação, para além da questão da tramitação, a que já voltarei, porque não se trata apenas da aplicação O que está previsto neste projecto de deliberação é a aplicação da reforma do sistema educativo nos níveis pré-escolar, básico e secundário, e nada mais Mas há muitas outras coisas que resultam da aplicação da reforma do sistema educativo, como sabe, e aliás concordou Portanto, há que reformular.

Esta parte dispositiva é altamente discutível. Mas, mais do que isso, a parte altamente discutível é a primeira em que a Assembleia delibera cometer à Comissão a realzação de um levantamento de situações em certos domínios para servirem de base a debates em Plenário.

Bem, aqui é que estamos totalmente em desacordo com esta formulação já que não se trata apenas de completar, mas de corrigir É que não podemos admitir que se vote uma coisa destas sem referir todos os trabalhos já feitos ao nível técnico, os que estão a ser feitos e os que podem vir a ser feitos em gabinetes e em direcções-gerais (agora direcções de departamento, aliás, para ser mais correcto)

Parece-nos que terá de ser expressamente mencionada a cooperação com o Governo para este levantamento, de modo a evitar um trabalho técnico que não compete à Comissão realizar Ora, não temos meios para isso, como sabe, não temos assistência técnica, nem sequer de secretaria, que nos permita fazê-lo, além de que temos um outro volume de trabalho em tantas outras matérias que nos impedia de o fazer E depois teremos que fazer evidentemente, e também aqui não consta, um escalonamento de áreas e de matérias para saber quais são as primeiras, as segundas e as terceiras.

No que diz respeito à formulação, julgo que o Sr Deputado em nada contrabateu aquilo que eu disse Penso que

VivEx har out or Bartidous ocialista and the due cestal a concre por o carro à frente dos bois. Lalias, o projecto vem assinado pelo presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Julgo que à metodologia deverá ser outra. Por proposta

de um partido deve caber a iniciativa da proposta à Comissão e não deve ser daqui que se vai dizer à Comissão que vamos fazer um levantamento para basear este ou aquele debate É a Comissão que van propor ao Sr Presidente da Assembleia da República à realização de tal e tal debate no Plenário E depois, de acordo com aqueles debates, será feito um levantamento dos meios Assim, este deverá ser feito a seguir à determinação de quais os debates que se vão fazer ellnão ántes olung แบบหลังแม่ของ เกเบา เกเบลให้ กังลาส oz É-óbvio que parece que nos énque estamos dentro da lógica e que VV Ex us o desculpem; a inverteram - Bem; mas não vamos i proceder va imais discussões i de ordem, formal. Congratulo-me por ter reconhecido asi nossassirezões é reitero a nossa abertura à realização de alguns debates — é óbvio que inão todos. podemos idicutir tudo ao mesmo tempo e no mesmo dia ¡Vamos fazer alguns debates, mas de acordo com o escalonamento que viera a ser determinado pela comissão competente

O Sr Presidente: A Dara uma intervenção, tem a pala vra o Sr Deputado Octávio Teixeira

-_{LU}O_CSr. Octáyjo, Teixeira, (PCP) <u>Fr.</u> Sr. Presidente, Srs Deputados, Pretendo, apenas referir, que, o, projecto, de deliberação n n 81/VI, que agora está em discussão, terá, certamente, agnossa votação favorável a guar silinua a port

Alias, em boa verdade, este projecto de deliberação não deveria ser necessário, porque a Comissão de Educação, Ciência deveria, em permanência, analisar estas isituações, tal como a Comissão de Saúde deveria estar permanentemente a preparar

e, a; analisar as questões da saúde, zetc : Mas, com, a situação a que se chegou e no ponto em que estamos, de facto, tornou-se, necessária a sua existência e, pela nossa parte, votaremos a favor deste projecto. É eyidente que haveria sempre, muitas mais coisas para aí se incluirem, porque a carência é demasiada Por exemplo, no caso concreto, todo o processo da abertura do novo duro, para que a Sr Dapatedo Jose Menda es raloserona diver que e não e aus livão et

O Sr Presidente: - Srs Deputados, terminou o debate Vamos passar a votação dos dois projectos de deliberação hoje discutidos Srs. Deputados, vamos votar o projecto de deliberação nº

-«Submetido à votação, foi rejeitado; com votos contra do PSD

eido)PSN1e)votos a favor do PS, do PCP 'e do CDS-PP11 1

Srs Deputados, vamos agóra votar o projecto de deliberação n.º 81/VI — Realização de um levantamento de situações relacionadas com linor sistema educativo (PS) -. Submetido, à, votação, foi rejeitado; com votos contra do PSD1 ezvotos a favor do, PS, do, PCP, do, CDS-PP, e, do, PSN .) ारावड त वधारील एट एर टामुराल ाह अच्छ औ 🕽

-o Srsi/Deputados, nada mais/havendo (a tratar, declaro enmissao, o que e ecrée por realizaçã osimerra distribuição, nento de situação em tables altas como secologo en come Eram 18 horas e 40 munutos ou proces, como que apos com aque in the situation of the processing of the process o Depois, goin i ilian-so obvia jente, na parte dispositiva IIII. A. DIVISÃO DE REPACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL DA. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.



- k To Dênem e Chitora pera ser refemablifo, em gido ы́1 — Preço de página para venda avulso, 6\$50+IVA п о א דם בד מיי אפליף ול כד לשיי המניג ה שופטו מ 1, 2 — Para os novos assinantes do Diário da Assembleia (1) da República, o período da assinatura será compreen-
- dido de Janeiro a Dezembro, de, cada ano Os, núme-,,,, ros publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa
- 3 O texto final impresso deste Diário é da respon-ció ? sabilidade da Assembleia da República) S.: Pr., Etc. 20 - - Cirri pedii esclar, imentos, con a

lavia O Signa i dato e transcer e construire de monte de la construire de PREÇO DESTE NÚMERO 137\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

to take the the the transfer of the

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República». deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5-1092 Lisboa Codex